

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SUSTENTABILIDADE

TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL DE CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SUSTENTABILIDADE

**RELAÇÕES DE PODER E REPRESENTAÇÃO DE
ASSENTADOS RURAIS COM OS MOVIMENTOS
SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA, O ESTADO E
SEUS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO RURAL
EM MATO GROSSO DO SUL**

ANDRÉ VILELA PEREIRA

CAMPO GRANDE-MS
2015.

**RELAÇÕES DE PODER E REPRESENTAÇÃO DE ASSENTADOS
RURAIS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA,
O ESTADO E SEUS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO RURAL EM
MATO GROSSO DO SUL**

ANDRÉ VILELA PEREIRA

Trabalho de Conclusão Final de Curso do Mestrado Profissional apresentado na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Eficiência Energética e Sustentabilidade, na área de concentração Sustentabilidade.

Orientadora: Professora. Dr.^a Andrea Naguissa Yuba

**CAMPO GRANDE
NOVEMBRO DE 2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Redação final do Trabalho de Conclusão Final de Curso defendida por **ANDRÉ VILELA PEREIRA**, aprovada pela Comissão Julgadora em 17 de Dezembro de 2015, na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do título de Mestre em Eficiência Energética e Sustentabilidade.



Prof^a. Dr^a. Andrea Naguissa Yuba – Orientadora
Faeng/UFMS

Prof^a. Dr^a. Adriane Angelica Farias Santos Lopes de Queiroz – Membro Titular
Esan/UFMS

Prof^a. Dr^a. Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Programa de Pós Stricto Sensu em Desenvolvimento Local - UCDB

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a meus pais e à minha irmã, que, durante meus 30 anos de vida, tiveram em seus conselhos, questionamentos, carinhos, e mesmo discussões, sempre um interesse legítimo e altruísta no meu crescimento pessoal, o que, quando reconhecido, imbuiu-me de um sentimento de responsabilidade social pessoal, com o compartilhamento e a utilização deste poder que me foi cultivado e das oportunidades que me foram (e continuam a ser) cedidas, para fins que contribuam para além do eu, no desenvolvimento das comunidades e coletividades em que participo e com as quais me relaciono. Uma versão menos eletrizante da epifania de Peter Parker.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, a Nagui, pela paciência e postura profissional e pessoal que tanto admiro – e pela qual espontaneamente me motiva.

Agradeço a todos meus entrevistados (que gostaria de poder nomear aqui), por, sem exceção, me receberem em suas casas de forma gentil e hospitaleira, e se abrirem de forma transparente e generosa, compartilhando comigo suas vidas e seus ideais.

Agradeço à Anecy, por seu grande apoio, carinho e preocupação, colocando-se à disposição mesmo à revelia da sua aposentadoria.

Agradeço à Dáfini, com quem venho crescendo junto, diariamente, e em diversas e marcantes oportunidades nesses últimos anos, construindo uma vida cada dia melhor, articulando nosso crescimento como indivíduos dentro dessa união.

Ao meu chefe, João, e meus colegas de trabalho, que em nenhum momento sequer questionaram a prioridade optada a esse mestrado.

Agradeço à minha prima Clariana e a Tia Zezé, por me receberem sempre tão bem, e nossas conversas, mesmo as mais despretensiosas, sempre servirem para ampliar meus horizontes.

Agradeço também ao Felipe, Chico, Kurt e tantos outros amigos que compartilharam da minha angústia e me motivaram a terminá-lo, cada qual a seu jeito.

EPÍGRAFE

“Cinquenta cents não é bastante por um arado. Essa sementeira aí custou 38 dólares. Dois dólares é muito pouco. Não posso levar ele de volta. Bem, fique com ele, que o diabo o leve. [...] Bem, leve tudo, todos esses troços, me dê 5 dólares por tudo, ‘tá bem? O senhor não está comprando apenas velharias, o senhor está comprando vidas em ruínas. Mais, o senhor está comprando amargura. [...] comprando aquilo que poderia salvar-lhe a alma. Cinco dólares, não quatro. Não posso levar tudo de volta, bem, aceito os quatro dólares mesmo. Mas eu o estou prevenindo: o senhor está comprando as nossas próprias vidas. O senhor não vê isto, não quer ver isto. [...]

Oh, vá lá, fique com eles pelos dez dólares. Leve eles depressa, seu. [...] O senhor está comprando anos de árduo labor, lides de sol a sol; está comprando uma mágoa que não se pode expressar. Mas olhe, seu: há uma coisa que vai junto com esse montão de troços que o senhor comprou, junto com esses baios tão lindos – é uma flor de amargura que crescerá na sua casa e ali florescerá um dia. Nós poderíamos salvar o senhor, mas o senhor desprezou-nos, esmagou-nos, e logo o senhor também será esmagado e então nenhum de nós estará aqui para salvá-lo.”

(As Vinhas da Ira, John Steinbeck, 1939)

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
EPÍGRAFE	v
LISTA DE ABREVIACÕES	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Perguntas de pesquisa	16
1.2 Objetivos.....	16
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	18
2.1 O debate da sustentabilidade e a ocupação do território.....	18
2.2 O empoderamento na sustentabilidade	25
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL	31
3.1 A “não reforma agrária” e as políticas de assentamento no Brasil.....	31
3.2 As sementes da luta pela terra em Mato Grosso do Sul.....	40
3.3 Política Habitacional Urbana e Rural	46
4 ASSENTAMENTOS PESQUISADOS.....	51
4.1 Assentamento 20 de Março.....	51
4.2 Assentamento Santa Mônica.....	53
5 METODOLOGIA.....	55
5.1 O trabalho com fontes orais	55
5.2 Análise de Conteúdo.....	56
5.3 Entrevista semiestruturada.....	58

6	RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	60
6.1	Habitação e infraestrutura	60
6.1.1	Água e luz.....	60
6.1.2	Habitação.....	62
6.1.3	Casa dos sonhos	64
6.2	Relações	66
6.2.1	Assentado e Governo Federal.....	66
6.2.2	Assentado e organizações.....	68
6.2.3	Assentado e coletivo.....	70
6.2.4	Relações de gênero.....	72
6.3	Herança e formação ideológica.....	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	79

LISTA DE ABREVIACÕES

AC - Análise de Conteúdo

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CPT - Comissão Pastoral da Terra

Fetagri - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU - Organização das Nações Unidas

PA - Projeto de Assentamento

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMV-R - Programa Minha Casa Minha Vida Rural

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RA - Reforma Agrária

RB - Registro de Beneficiário

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Curva de Kuznets	Erro! Indicador não definido.
Figura 2 - Distribuição das famílias assentadas no Brasil, por período histórico	34
Figura 3 – Número de acampamentos iniciados no período de 2001 a 2014.....	35
Figura 4 – Número de ocupações de terra no período de 2001 a 2014	35
Figura 5 – Acampamentos iniciados no Estado de MS, no período de 2001 a 2014	46
Figura 6 - Ocupações de terra no Estado de MS, no período de 2001 a 2014.....	46
Figura 7 - Mapa de localização dos assentamentos no Estado de MS	51

RESUMO

PEREIRA, A.V. (2015). Relações de poder e representação de assentados rurais com os movimentos sociais de luta pela terra, o Estado e seus programas de habitação rural em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2015. 88 p. Trabalho de Conclusão Final de Curso (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Este trabalho aborda o processo de empoderamento dos cidadãos atendidos por programas de assentamento rural. Foram utilizados como referência conceitos de desenvolvimento alternativo e visões da sustentabilidade política e da ecologia dos pobres, articulados com o debate sobre a reforma agrária no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Estabeleceu-se, assim, um patamar conceitual para a análise das realidades de dois assentamentos em Mato Grosso do Sul, a partir de entrevistas realizadas com lideranças destes locais, aprofundando as reflexões sobre as diferentes relações de poder manifestadas entre os indivíduos e outros atores – movimentos sociais, comunidade e Governo Federal –, de forma a identificar cenários que atrapalhem ou auxiliem o processo de empoderamento dos assentados. No desenvolvimento, observaram-se relatos que unem os diferentes entrevistados nas dificuldades impostas pela burocrática e fragmentada implantação dos assentamentos, bem como no acesso a programas habitacionais e de assistência rural, mas que se distinguem nos modos de atuação e organização social de seus grupos, o que impacta diretamente no poder destes em sua relação com o Estado.

Palavras-chave: empoderamento; reforma agrária; sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper addresses the process of empowerment of citizens served by rural settlement programs. Alternative development concepts and visions of political sustainability and the *ecology of the poor* were used as reference, linked to the debate on land reform in Brazil and in the State of Mato Grosso do Sul. It was established thus a conceptual level to analyze the realities of two settlements in Mato Grosso do Sul, based on interviews with leaders of those areas, deepening the reflections on the different relations of power structured between individuals and other stakeholders - social movements, community and federal government - in order to identify scenarios that helps or jeopardize the empowerment of the settlers. It was observed reports that unite the different settled interviewed in the difficulties imposed by bureaucratic and fragmented implementation of settlements and access to housing programs and rural assistance but distinguishes modes of operation and social organization of their groups, which directly impact on the power of these groups in their relationship with the state.

Keywords: empowerment; land reform; sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O processo do deslocamento massivo de trabalhadores do meio rural para o meio urbano ocorrido no Brasil, entre as décadas de 50 e 90, não foi gerido de forma organizada, resultando em um amplo e complexo processo de “favelização” no meio urbano, em razão do rápido aumento populacional sem acesso adequado à terra para os migrantes. O meio rural brasileiro, por sua vez, sofreu com um abandono significativo das atenções do poder público, e a consequente falência das políticas sociais básicas em áreas como habitação, saúde e transporte (MARICATO, 2001).

A ausência do poder público neste espaço, aliás, é confundida, por vezes, com sua própria conceituação, quando algumas definições de *espaço rural* são apresentadas como oposição ao que é o urbano e, equivocadamente, não comportam o desenvolvimento do território sem que, com isso, ele perca sua atribuição (SARACENO, 1994); ou seja, confunde-se rural com espaço deficitário, não desenvolvido.

A dinâmica do campo modificou-se, com uma interação cada vez maior entre o urbano e o rural (BLANCO & JIMENEZ¹, *apud* PERES, 2003): moradores das cidades hoje se mudam para o campo; áreas urbanas avançam sobre a área rural (e vice-versa); há pessoas que produzem no campo, mas vivem em cidades próximas. São situações comuns que diminuem a dicotomia entre o rural e o urbano (FREITEZ & PEREIRA 2002).

Numa realidade na qual o inchaço urbano, desorganizado, acomoda graves problemas sociais, ambientais, políticos e econômicos, a organização e o estudo da ocupação do meio rural e do *rurbano*² (SILVA, 2001) não só podem minimizar parte deste problema, como fornecem suporte para uma ocupação mais organizada e sustentável de todo o território.

A partir da Conferência de Estocolmo (1972), foi necessário qualificar o desenvolvimento (BURSZTYN³ *apud* JATOBÁ *et al.*, 2009). A partir do que foi então definido, *desenvolvimento sustentável* não significa apenas um tipo, à parte, de desenvolvimento, mas uma qualificação deste processo, que pode ser vista como

¹ BLANCO, M. & JIMENEZ, D. Pobreza rural y vivienda. In: *Seminário Iberoamericano. Vivienda Rural y Calidad de Vida en los asentamientos rurales*. Red XIV-E Del Cyted – Habited. Anais. Puerto Montt, Chile. 2002. p 65-72.

² Espaço intermediário, no qual coexistem e interagem características, valores e qualidades anteriormente vinculados exclusivamente ao meio urbano ou ao rural, tornando menores ou menos nítidos os limites ou diferenças de cada um.

³ BURSZTYN, M. *Um desenvolvimento sustentável é possível*. Entrevista disponível em <<http://200.130.0.16/marcel/exec/index.cfm?CODE=01S&botao=Entrevistas&cod=20>>. 2007

complementação natural, ou até mesmo como sinônimo de uma análise complexa dos diferentes níveis pelos quais analisamos desenvolvimento. Isto posto, já não se pode conceber qualquer tipo de desenvolvimento que ignore essas demandas e suas transversalidades.

O conceito de sustentabilidade ao qual aqui nos referimos, portanto, não se limita a um atendimento de demandas ambientais, tampouco à manutenção do sistema econômico de longo prazo, mas comporta uma visão crítica e sistêmica. É com ela que se busca compreender e pesar aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos, e suas relações, de forma holística, reconhecendo falhas sistêmicas, com as quais não se prevê futuro desejável, nem mesmo possível.

Fundamentalmente, o desafio da sustentabilidade consiste em equalizar os reflexos das decisões de hoje na manutenção desta grande complexidade de demandas em níveis ideais, ou ao menos aceitáveis, para o futuro, sem, contudo, deixar de atender às próprias demandas de hoje não supridas. Devem-se reduzir as atuais desigualdades intrageracionais e, ao mesmo tempo, evitar-se uma degradação (ambiental, cultural, social, econômica) que incorra em desigualdades intergeracionais (BURSZTYN, 2001).

A discussão da reforma agrária, naturalmente, afeta muitas dessas questões, tanto sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais (enquanto luta pela manutenção do modo de vida campesino). Na Declaração de Brasília, documento gerado após o Seminário Internacional sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico, em julho de 1998, consta:

[...] Programas como o de reforma agrária devem ser vistos não só como políticas para aliviar pressões sociais, mas também como parte de estratégias que objetivam o crescimento econômico sustentável. [...] Não é possível separar programas sociais de programas econômicos. O crescimento econômico e o desenvolvimento da sociedade dependem da articulação produtiva de todas as forças sociais como fatores dinâmicos nos níveis político e econômico. O alargamento das oportunidades de acesso à, educação e à terra é prioridade indiscutível para o desenvolvimento e são instrumentos insubstituíveis para a formação do capital social, especialmente em países com grandes desigualdades econômicas e sociais. [...] As instituições da sociedade civil são peças fundamentais no conjunto de instituições encarregadas de promover o desenvolvimento sustentável e participativo (TEÓFILO & OLINTO, 2000, p. 26).

Entende-se que uma distribuição razoável das riquezas é condição necessária ao crescimento econômico e sustentável (ADELMAN⁴, 1995 *apud* TEÓFILO & OLINTO,

⁴ ADELMAN, I. *Dynamics and income distribution: the selected essays of Irma Adelman*. Volume 2 Economists of the Twentieth Century Series. Aldershot, U.K. Elgar; Ashgate, Brookfield. 1995

2000), além de constituir a base para a criação de uma produção com eficiência econômica (STIGLITZ, 2000).

Estudos econométricos indicam que níveis elevados de desigualdade, como os do Brasil, dificultam, ou mesmo impedem, o crescimento da economia, motivo pelo qual se entende que a discussão a respeito das alternativas para um desenvolvimento mais sustentável passe também pela ampliação e democratização do acesso e inclusão, diminuindo as barreiras para a emancipação individual e coletiva dos indivíduos e grupos comumente afastados da economia – ou pela falta de capital físico, humano ou social (PUTNAM, 2000) – buscando superar a exclusão social e a pobreza.

No que tange ao acesso à terra, as políticas públicas nacionais, historicamente, não logram sucesso em combater a excessiva concentração de terras nas mãos de poucos – a estrutura agrária nacional está entre as mais desiguais do mundo, tendo o último Censo Demográfico Rural (IBGE, 2007) apresentado o índice de Gini⁵ de 0,854 referente a esta questão, limitando-se, atualmente, a projetos de assentamento em terras adquiridas pelo Estado, num ritmo que nem mesmo consegue reverter a tendência inversa: o aumento da concentração em curso, causado pelo estabelecimento de um modelo de agricultura mecanizada de *commodities* para exportação.

Em particular, esta é a realidade no Estado de Mato Grosso do Sul, em que a própria divisão territorial pode ser entendida como reflexo do poder econômico e político do monopólio e do latifúndio no sul do Estado. De fato, precede e perpassa essa divisão um histórico de ocupação do território e de exclusão indireta ou de desalojamento de indígenas, erveiros, arrendatários e camponeses em geral. Registram-se diversos episódios, como a *Marcha para o Oeste* no governo do ex-presidente Getúlio Vargas, a concessão estatal imponderável de cerca de 4 milhões a 5 milhões de hectares (ALMEIDA, 2006 e YAMIN & MELLO, 2009) de terras devolutas à Companhia Matte Larangeira e os diversos desalojamentos de arrendatários de terra no final dos anos 1970 e começo da década de 1980 – que deram início aos movimentos de luta pela terra.

Estes episódios explicam o entendimento que aponta o monopólio como uma escolha política e econômica do Estado para essa região. Se retrocedermos ainda mais no tempo, aliás, mais do que entre particulares, a luta pela terra, ou guerra, no caso, faz parte da história

⁵ O índice, ou coeficiente de Gini, é utilizado para medir a desigualdade na distribuição, bastante utilizado para a distribuição de ativos, especialmente de renda. Representa, numericamente, um valor entre 0 e 1, graduação na qual o 0 corresponde à completa igualdade, e 1, à desigualdade absoluta.

institucional deste estado, lembrando que uma considerável parcela de Mato Grosso do Sul era, previamente, terra paraguaia, tomada após o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul no século XIX, que teve, entre diferentes contribuições, a reconhecida ajuda dos índios guaicurus – repare-se, com certo pesar, a ironia de ter hoje, em destaque, entre os diferentes movimentos e grupos de luta pela terra no Estado, justamente indígenas e “brasiguaios”.

Não obstante o fato de ser paliativa, a política de assentamentos passa por um período confuso em Mato Grosso do Sul, por uma desarticulação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desde que a *Operação Tellus*, da Polícia Federal, iniciada em 2009, identificou transferências irregulares de lotes da reforma agrária. A polícia, a partir disso, afastou servidores e paralisou ações do órgão, o que se refletiu por (no mínimo) quatro anos, uma vez que se fez necessário um grande volume de trabalho para identificar as terras cedidas de forma irregular e iniciar o processo de devolução. Assim, a atuação do Incra perdeu força no Estado – além de frustrar os sonhos de famílias em diferentes momentos da implantação de projetos de assentamento –, o que se alinhou com os novos caminhos das políticas de habitação rural para assentamentos nacionais, que, desde fevereiro de 2013, passaram a fazer parte do Programa Minha Casa Minha Vida, transferindo parcela das responsabilidades do Incra para a Caixa Econômica Federal, especificamente no que diz respeito à gestão dos recursos para a construção das habitações.

Além de uma questão de justiça social, é preciso entender o papel do Estado, hoje, na organização e planejamento da ocupação do território: a de equalizar conflitos da função socioambiental da propriedade sob a égide da sustentabilidade, com foco na recuperação da autonomia econômica local, como proposto por Latouche (2009), buscando a autossuficiência alimentar, econômica e financeira.

Dentro do debate ideológico-político sobre a relação do Estado com grupos excluídos e desempoderados, é natural que decisões que alteram as relações de poder não apenas incomodem a grupos que concentram o poder, como sejam entendidos por pessoas externas àquela causa como injustas, ou, quando menos, temerárias, mas assim o é se partirmos de uma visão que ignora as injustiças históricas estabelecidas. A atuação do Estado na inclusão de grupos desprivilegiados, além de questão de justiça social, também objetiva a ampliação de uma base produtiva e autossuficiente da sociedade, e deve buscar resultados reais para além de uma atuação estatal paternalista, estabelecendo condições de mudança sem a criação de novas dependências em substituição às dissolvidas. Para isso, é necessário reavaliar o modelo de desenvolvimento em curso e reconhecer as responsabilidades – a do Estado e a da

sociedade de forma geral – na mudança de rumo deste “bólide sem piloto, sem marcha a ré e sem freio” do desenvolvimentismo, destinado a “se arrebentar contra os limites do planeta” (LATOUCHE, 2009).

A reversão desse modelo de desenvolvimento – ancorado na hiperprodução e no consumo igualmente desmedido e desequilibrado, apoiando-se na desigualdade para a manutenção e criação das próprias necessidades que sustentam o sistema econômico – requer esforços múltiplos para uma inclusão real de grupos e indivíduos marginalizados e excluídos das oportunidades para fins de trabalho e renda. Políticas com vistas ao fim da exclusão o devem fazer de forma a aprofundar a democracia, ampliando o alcance e a qualificação dos debates e descentralizando o próprio poder.

[...] Se as reformas dirigidas à promoção do desenvolvimento pretendem transformar sociedades inteiras, elas devem buscar o envolvimento de sociedades inteiras. Isso tem dado origem a um interesse crescente pela legitimidade e pela participação nas estratégias de desenvolvimento, e pela criação de instituições que possam traduzir essa legitimidade e participação. Na verdade, se o objetivo é a obtenção da legitimidade, ou fazer com que as reformas tenham alcance profundo dentro da sociedade, a participação é necessária. A legitimidade e a participação também são necessárias, se a estratégia de desenvolvimento tiver que ser adaptada à conjuntura do país e se essa estratégia evocar o tipo de compromisso e de envolvimento de longo prazo, que são necessários para a sustentabilidade (STIGLITZ, 2000, p. 46-47).

1.1 Perguntas de pesquisa

Compreendendo a reforma agrária ou, ao menos, a descentralização de terras e a potencialização de seus resultados subsequentes como uma meta das políticas de Estado, buscando justiça social e dinamicidade econômica, estariam os programas voltados a esse setor funcionando de forma a possibilitar uma inclusão destes atores? Como estes indivíduos e grupos recebem e observam os programas de provisão habitacional para assentamentos rurais em relação ao seu empoderamento? Qual a relação dos assentados com os programas do Estado? Até onde vai seu poder de decisão e como se organizam e posicionam perante os desafios relacionados a esse processo?

1.2 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo compreender as visões de moradores de assentamentos sobre o processo vivido por eles e suas relações com gestores públicos e movimentos sociais, analisando o processo de empoderamento de grupos de famílias em assentamentos rurais.

Para atingir tal compreensão, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

levantar e explicitar a experiência e visões dos assentados sobre seu papel no processo dos programas habitacionais voltados ao meio rural, individualmente e como parte de coletivos;

apontar dificuldades burocráticas das políticas, bem como a relação dos assentados com o Estado e os movimentos e instituições com os quais se relacionam nesse processo.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 O debate da sustentabilidade e a ocupação do território

O conceito da sustentabilidade vem se desenvolvendo em diferentes linhas, desde as raízes do ecologismo, afloradas nos anos 70, até o debate sobre ecologia política, ecossocialismo ou a "ecologia dos pobres", de Joan Martínez Alier, e se mantém constantemente em debate. Dessa forma, diferentes visões e críticas ocupam o debate acadêmico e os meios midiáticos não especializados. Essas posições não são neutras nem imutáveis, mas vão se desenvolvendo com o passar do tempo, a partir da análise constante e crítica das dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas que cercam as relações entre a sociedade e a natureza e, da mesma forma, articulam-se de forma tensa e contraditória com os processos territoriais (JATOBÁ *et al.* 2009).

Inicialmente, a linha da ecologia radical, ou “culto ao silvestre” (MARTÍNEZ ALIER, 2007), apresentava uma visão de conservadorismo e preservacionismo, o que, em relação ao território, levou à criação de reservas de áreas naturais para a preservação integral da natureza e proteção da vida selvagem. Alguns estudiosos desse período já faziam também uma crítica à insalubridade e às condições precárias habitacionais do proletariado, em razão da intensa industrialização da virada do século XX, assim como a visão ecológica científica se mostrava atenta aos riscos e impactos ambientais das novas atividades industriais potencialmente poluidoras do meio ambiente. Ainda na década de 70, esse discurso começou a se instalar nos governos, houve a criação de marcos legais, instituições nacionais e internacionais de proteção ao meio ambiente. Pode-se dizer que houve, nesse período, um foco primário nas questões ambientais, a partir das quais se relacionam as questões sociais e a economia.

Essas políticas da ecologia radical foram fundamentais para o estabelecimento e a divulgação de uma consciência ecológica (JATOBÁ *et al.*, 2009). A partir da primeira grande conferência mundial com a intenção de organizar as relações entre o homem e o meio ambiente, a Conferência de Estocolmo, de 1972, com a presença de 113 países e mais de 400 instituições, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Com o apoio dos países desenvolvidos, estudiosos defendiam uma proposta de “desenvolvimento zero”, ou seja, o congelamento do crescimento econômico e populacional global, o que se alinhava com a crise energética em curso, momento em que os países industrializados já se desenvolviam tecnologicamente, para achar alternativas, e chegavam a soluções de menor impacto energético. No entanto, os países pobres tinham na industrialização tardia a sua base

econômica, com investimentos externos e grande taxas de crescimento, o que se entendia como solução para a pobreza, situação considerada de maior urgência do que as questões ambientais – motivo que levou à rejeição da proposta.

No documento gerado em Estocolmo, Maurice Strong, secretário da Conferência, havia cunhado o termo ecodesenvolvimento (RAYNAUT *et al.* 2002), junto a Ignacy Sachs, economista e teórico fundamental na difusão e operacionalização deste termo, nos anos 80. Para ele, ecodesenvolvimento se trata do:

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder a problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (Sachs, 1993).

O conceito de “sustentabilidade espacial” de Sachs estabelece a necessidade de um ordenamento territorial equilibrado, buscando uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas no território. Ele reivindica uma configuração rural-urbana mais adequada, a promoção da agricultura e da exploração agrícola de florestas de forma sustentável, bem como o freio à destruição de ecossistemas frágeis por processos descontrolados de colonização (JATOBÁ *et al.*, 2009).

Sachs advoga por uma alteração das relações econômicas, argumentando que a pobreza e a destruição do ambiente devem ser atacadas de forma conjunta, a partir do estabelecimento de um maior equilíbrio e justiça econômica entre os países do Norte e do Sul (JATOBÁ *et al.* 2009).

Com a intenção diplomática de equalizar a visão técnica da ecologia radical com o “desenvolvimento” dos países, ou mesmo com a “sustentabilidade” (ou manutenção) do próprio sistema econômico, a ONU e estudiosos tentaram conciliar os conflitos delimitados na conferência de Estocolmo, no que podemos esquadriñar como uma segunda linha do discurso ambientalista – que então já se utiliza do termo desenvolvimento sustentável – chamada por alguns críticos de ecodesenvolvimentismo ou ecologia moderada (JATOBÁ *et al.*, 2009). Há também o discurso que sustenta que o “desenvolvimento sustentável” é um oxímoro, pois “desenvolver e crescer” não é conciliável com “sustentar, equilibrar e manter”.

Gerida após a crise do petróleo dos anos 70, quando ficou evidente a necessidade de mudanças no sistema produtivo e energético, esta visão busca a sustentabilidade pela preservação dos recursos naturais; porém, mirando, com isso, em uma cautela com as bases da produção material, ou seja, colocando a questão econômica em precedência às questões

ecológicas, uma alteração de perspectiva em relação à ecologia radical (ENZENSBERGER⁶ *apud* JATOBÁ, 2009).

Com mais atenção à diplomacia que à técnica, o discurso “oficial” do desenvolvimento sustentável sutilmente ignora a visão crítica de Sachs ao modelo desenvolvimentista e se constrói com forte vínculo a uma visão liberal da sustentabilidade (no sentido filosófico e antropológico, e não político do termo), empregando valores ocidentais (MARÍN, 2000), como o foco na ciência (de forma cartesiana), bem como depositando suas esperanças no crescimento econômico e no desenvolvimento tecnológico como redutores das questões ambientais e sociais – o que Martínez Alier (2007) chama de “evangelho da ecoeficiência”. Carrega, também, para alguns teóricos, uma esperança em valores éticos individualistas e de solidariedade, que desconsideram, dessa forma, qualquer ruptura efetiva nas dinâmicas econômica e social.

O marco teórico desta expressão está no livro “Nosso futuro comum”, conhecido como “Relatório de Brundtland”, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU – criada em 1983 – e publicado em 1987, delimitando o conceito do desenvolvimento sustentável a partir de um entendimento de que o desenvolvimento é que seja limitado pela degradação ambiental, o que muda, assim, o foco do ambientalismo para uma defesa da qualidade de vida humana (Pierri⁷ *apud* Jatobá *et al.*, 2009) e do próprio sistema econômico.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (BRUNDTLAND, 1988, p.46, grifo nosso).

Esse documento, de acordo com orientação do CMMAD, foi escrutinado por representantes mundiais, e suas ideias se consolidaram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada, à época, como Cúpula da Terra e, até hoje, como Eco-92 ou Rio-92, no Rio de Janeiro. Foi a maior conferência sobre meio ambiente desde a de Estocolmo, 20 anos antes (1972), em que o relatório foi

⁶ ENZENSBERGER, H. M. Contribución a la crítica de la ecología política. México: Escuela de Filosofía y Letras. Universidad Autónoma de Puebla, 1976

⁷ PIERRI, N.. O processo histórico e teórico que conduz à proposta de desenvolvimento sustentável. In: PIERRI N.; FOLADORI G. (Eds). Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001. p. 271

internacionalmente divulgado e propagandeado, resultando em documentos de Estado e relatórios de organismos internacionais (DIAS & TOSTES, 2008).

Diferentemente da ecologia radical, a visão territorial do ambientalismo moderado prevê uma conciliação do uso do território pelo homem, com a conservação do ambiente. Porém, peca em não definir como isso se daria e, em meio a conflitos territoriais e entre poderes, acaba, por vezes, reduzido à retórica. Para Jatobá *et al.*, um exemplo dos preceitos territoriais resultantes do ambientalismo moderado desenvolvimentista é a Política de Ordenamento Territorial da União Europeia. A Perspectiva Europeia de Desenvolvimento Espacial (ESDP) define o desenvolvimento territorial equilibrado como:

[...] a compatibilização das demandas sociais e econômicas do desenvolvimento espacial com as funções ecológicas e culturais de cada região. As suas diretrizes principais são: 1) desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado e policêntrico e de uma nova relação urbano-rural; 2) garantia de acesso paritário à infra-estrutura e ao conhecimento; e 3) desenvolvimento sustentável, gerenciamento prudente e proteção do patrimônio natural e cultural (European Commission, 1999).

Não somente nas questões territoriais o ambientalismo moderado sofre com a precariedade de resultados objetivos. Apesar de ser uma referência até hoje, quanto ao impacto e relevância como acontecimento mundial, a Eco-92 mostrou-se, para alguns ambientalistas críticos, como uma grande frustração, entendendo que as propostas e os programas pouco avançaram em conteúdo. No evento, demonstrou-se, categoricamente, uma indisponibilidade dos países industrializados para reduzir seu padrão de vida em favor de um equilíbrio maior na relação Norte-Sul (LAYRARGUES, 1998). Esse revés ficaria ainda mais evidente nas conferências seguintes, como a Rio+10 (2002), em Joanesburgo, em que a questão social emergiu como fator fundamental da sustentabilidade (JATOBÁ *et al.*, 2009), após ser verificada uma piora nos indicadores socioambientais e uma redução do apoio financeiro dos países ricos aos países pobres, nesses 10 anos percorridos (1992-2002), expondo uma clara dificuldade de operacionalização do desenvolvimento sustentável proposto até então, para além da retórica; ou, ainda, contradições inerentes a uma fórmula de ambientalismo moderado, que pretende construir um novo futuro sem, contudo, disposição para alterar o presente. Mesmo compreendendo que crescimento e sustentabilidade não sejam excludentes, é preciso reconhecer que o primeiro não necessariamente vá favorecer o outro, sendo, portanto, questionável que seja utilizado como objetivo do desenvolvimento sustentável (PIERRI, 2000). Para Jatobá *et al.* (2009), é preciso aceitar que medidas podem levar a um sacrifício do padrão de consumo dos mais ricos, em favor a um maior equilíbrio na

qualidade de vida de todos, implicando em uma redistribuição de renda e poder entre as nações.

Com base nessa crítica, delimita-se uma terceira linha da teoria ecológica e da sustentabilidade, chamada de ecologia política (JATOBÁ *et al.* 2009), assim como, pela mesma crítica, a ecologia dos pobres de Martínez Alier (2007). Este movimento é construído a partir da compreensão de não bastar a ênfase em medidas técnicas e na ciência para explicar as relações entre cultura e meio ambiente. Soma-se à análise da sustentabilidade, então, o papel das estruturas sociais e políticas, relacionando degradação ambiental, opressão social de atores locais e o contexto político-econômico nos países com grande desigualdade social (JATOBÁ *et al.*, 2009).

Só por meio de uma abordagem política das questões socioambientais pode-se buscar um novo equilíbrio de forças entre atores sociais, gerando maior justiça na distribuição de ônus e benefícios decorrentes de alterações ambientais (Jatobá *et al.*, 2009).

Dessa forma, a abordagem da ecologia política nas questões territoriais traz para o debate o reconhecimento do território como palco de conflitos sociais, que não reflete apenas a cultura vigente, mas que deve ter atenção à disputa de poder dentro da sociedade.

A ecologia política, por sua vez, é clara ao reconhecer que a questão ambiental permeia todas as outras e que só uma análise contextualizada da realidade permite enfocar os problemas ambientais sem uma visão limitada ao tecnicismo estrito, ao radicalismo ecológico ou ao superficialismo conciliatório. Implícita está uma visão crítica, que reconhece o papel da dinâmica econômica e social e de suas contradições, que ocupam o cerne do modelo civilizatório dominante, na constituição, reprodução e ampliação da chamada questão ambiental. O seu mérito é colocar a justiça social no cerne da questão ambiental, condição ressaltada quando se constata que os mais vulneráveis aos problemas ambientais são justamente os mais pobres, que serão também os mais afetados na hipótese do agravamento da crise ambiental. Contudo, tampouco esta corrente tem conseguido trazer respostas satisfatórias, talvez por ainda ser relativamente recente, ou por tratar muito mais de expor as contradições das outras duas correntes do que propor alternativas viáveis às mesmas (JATOBÁ *et al.*, 2009).

Compartilhando boa parte das críticas ao ambientalismo moderado, Martínez Alier (2007), em “O Ecologismo dos Pobres”, destaca a necessidade de se estender a atenção às lutas de comunidades tradicionais por sua sobrevivência. Sem negar a existência do ecologismo da abundância, surgido no seio de comunidades prósperas, alerta que este movimento ecológico da prosperidade não caminha para um pós-materialismo, como alguns acreditam, pois essas sociedades prósperas, pelo contrário, consomem quantidades “enormes e, inclusive, crescentes, de materiais e energia, produzindo quantidades crescentes de dejetos”.

Para Martinez Alier, enquanto o mercado global e os estados têm uma lógica de horizontes temporais curtos no uso dos recursos naturais (sem assumirem seus impactos), a luta de comunidades tradicionais pobres, rurais e urbanas, pelo acesso a esses recursos, protege-os da degradação causada por esses poderosos agentes, e, até por uma noção ecológica da sobrevivência, desenvolve maior consciência da necessidade de conservá-los. No entanto, essa luta não é reconhecida desta forma por não se dar em linguagem científica.

Sobre a visão branda e conveniente do “Relatório de Brundtland”, Martinez Alier argumenta que a degradação ambiental causada pela pobreza e pela riqueza não é igual. Não é possível negar que a pobreza também cause degradação do ambiente: a situação de escassez leva ao consumo do que for possível, a fim de se suprir a necessidade imediata, tendo, no exemplo da fome, o caso extremo de se comer a semente que seria a plantação do ano seguinte. Dessa forma, a pobreza reduz os horizontes temporais (ao passo que sobe drasticamente as taxas de rentabilidade). No entanto, uma visão sistêmica pode identificar que, em um sistema de mercado generalizado, o qual o autor caracteriza como uma *Raubwirtschaft* (“economia de rapina”, referente a modelos pós-coloniais de expropriação de países em desenvolvimento), a pobreza e a riqueza são faces de uma mesma moeda. O autor sustenta que a riqueza, na verdade, é a causa principal da degradação ambiental, uma vez que o “consumo derrocador de energia e materiais é maior entre os ricos”, assim como a produção de dejetos subsequente. O autor defende que o entendimento dos conflitos socioecológicos territoriais sejam vistos não apenas como conflitos de interesse, mas como conflitos de valores.

A partir de crítica similar, a visão de Latouche (2009) vai além e rechaça a visão estacionária do desenvolvimentismo, ao ponto de rejeitar o rótulo do desenvolvimento sustentável. O economista e filósofo francês advoga pela necessidade de se buscar o decrescimento econômico, de forma planejada, reduzindo desigualdades e a entropia socioambiental do produtivismo e hiperconsumo, que sustentam a economia de acumulação, em seu estágio atual.

A teoria do decrescimento sereno de Latouche e outros estudiosos que seguem neste caminho, atualmente, afirma-se como uma “utopia concreta”, buscando formas políticas de se implantar esse novo mundo hipotético, com base na articulação de oito conceitos fundamentais eleitos por ele, chamados de “8 erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar (LATOUCHE, 2009). Como é prática nesse debate, esses conceitos interagem e se reforçam, mas o 5º “R”, objetivamente, refere-se intrinsecamente à ocupação do território, a ver:

Relocalizar: Produzir localmente, no que for essencial, os produtos destinados à satisfação das necessidades da população, em empresas locais financiadas pela poupança coletada localmente. Toda produção que possa ser feita em escala local para necessidades locais deveria, portanto, ser realizada localmente (LATOUCHE, 2009).

Enquanto a proposta de Latouche se desenvolve em busca de formas de operacionalizar esta ruptura, Jatobá entende que, de maneira geral, a ecologia política, como um discurso contemporâneo, ainda não apresenta propostas objetivas da sua perspectiva, ou, mais ainda, resultados, assim como a visão da ecologia branda à qual critica.

Entende-se, no entanto, que tanto o decrescimento quanto outras linhas aqui abordadas se tratam de discursos de ruptura, que, antes de tudo, reconhecem e apontam a necessidade de se combater desigualdades desmedidas e sistêmicas, transformando as relações de poder. E ainda: fazem-no de forma global, pois se reconhece reiteradamente que as maiores desigualdades não se dão apenas localmente. Mudanças nessa direção, no entanto, requerem a construção de um desejo de mudança assumido por uma sociedade global.

[...] enquanto a linha da ecologia tendia a equacionar território com uma natureza romantizada, a linha do ambientalismo moderado parece ver o território como um quadro neutro, em contraposição à linha da ecologia política. Esta linha tende a considerar não apenas o território mas a própria socionatureza como a base do processo produtivo e como palco de conflitos (JATOBÁ *et al.*, 2009).

Esses conflitos, precisamente, são contextos que catalisam o debate (necessário) sobre mudanças nas dinâmicas socioambientais. Martinez Alier (2007) sustenta que as lutas ambientais necessitam incorporar a perspectiva dos “movimentos sociais dos pobres”, especialmente no *Terceiro Mundo*, e argumenta que são esses movimentos, em suas reivindicações, que revelam os custos ecológicos, pois os preços do mercado não incorporam exatamente esses custos, fazendo apenas uma projeção de expectativas sobre o futuro.

O autor reafirma que as “lutas anticapitalistas do hemisfério Sul” são frequentemente, ainda que de forma irrefletida, lutas ecológicas, e as trata pelo que ele chama de “neonarodinismo⁸ ecologista”. A referência ao movimento Narodik é utilizada por ele, mantendo, inclusive, suas conotações originárias rurais, pois “os trabalhadores rurais ocupam um lugar realmente privilegiado no ecologismo dos pobres”, por utilizarem e, portanto, dependerem de insumos naturais e renováveis (energia solar, água da chuva e a terra cultivável). E, ainda que vendam suas colheitas no mercado, têm mais facilidade de se retirar do mercado generalizado, não carregando em si características crematísticas.

⁸ Movimento russo que vislumbrava uma proposta socialista camponesa, na segunda metade do século XIX.

A relação apontada pelo autor, entre as lutas dos pobres pela sobrevivência, encontra eco no estudo de Wolf⁹ *apud* Almeida (2006), que destaca a contradição entre valores identificados como tradicionais, ou conservadores, do campesinato, com sua participação decisiva em revoluções marcantes no século XX: mexicana (1910); russas (1905 e 1917); chinesa (1921 em diante); vietnamita (1961); argelina (1954); e, cubana (1958).

Estudos como o de Wolf apontam como o combustível que impele o campesinato a rebeliões a iminente ameaça de perda da sua condição camponesa. Portanto, paradoxalmente, é a própria tentativa de manter a tradição camponesa que torna o camponês um revolucionário (ALMEIDA, 2006).

Ainda que apontem para diferentes caminhos e sirvam a diferentes ideologias e discursos, entende-se que todas as linhas tratadas e referidas neste capítulo, de diferentes formas, sirvam positivamente ao debate global sobre as falhas e a insustentabilidade dos nossos meios de produção e vida, nem que ao menos servindo como uma plataforma para o desenvolvimento de um contradiscurso crítico, que avance no reconhecimento desses vícios. Entende-se a linha temporal discursiva apresentada, portanto, como uma linha evolutiva (ainda que suas diferentes visões caminhem paralelamente), o que coloca este estudo mais alinhado com a visão política da sustentabilidade, entendendo que só haverá futuro possível, seja socialmente, ambientalmente ou economicamente, com um enfrentamento contínuo e consciente de estruturas sociais, políticas e econômicas, reconhecidas aqui como insustentáveis em sua essência.

2.2 O empoderamento na sustentabilidade

Da mesma forma que a sustentabilidade, o empoderamento e outros conceitos afins, relacionados à participação, inclusão, democracia e à própria discussão do papel do Estado na garantia dos direitos básicos aos cidadãos, são temas que permeiam o debate ideológico a respeito do desenvolvimento (ROMANO, 2002).

O conceito do empoderamento abarca uma concepção do desenvolvimento alternativo, de que o chamado desenvolvimento tradicional falhou, ao promover uma parte crescente da sociedade à marginalidade na participação política, social e econômica, criando uma centralização excessiva de ativos em uma minoria reduzida (HOROCHOVSKI 2006), nas franjas da economia monetária (SEN, 1997).

⁹ WOLF, E. R Revoluções Sociais no Campo. In: SZMRECSÁNYI, Támas; QUEDA, O. (Orgs.). Vida Rural e Mudança Social. 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979. p. 94-102.

Narayan (2000), a partir de estudos realizados desde 1993, pelo Banco Mundial, cunhou um extenso levantamento em 47 países, a fim de ampliar o conceito de pobreza a partir das vozes próprias de populações socialmente vulneráveis nesses locais, definindo, portanto, a pobreza a partir da voz dos pobres, em diferentes relatos, os quais foram resumidos posteriormente por Crespo & Gurovitz (2002):

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (CRESPO & GUROVITZ, 2002).

Logo, a pobreza e a exclusão social apresentam caráter multidimensional, abrangendo tanto a pobreza material, por meio da falta de posse e/ou acesso a bens e serviços, quanto dimensões mais subjetivas, como o conhecimento, os valores e a compreensão de direitos e limites impostos a si (MOREIRA *et al.*, 2012).

Esse modelo de desenvolvimento, então, é entendido a partir da expansão das liberdades substantivas e instrumentais das pessoas – liberdade política, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e proteção da segurança (SEN, 2001) – e tem no empoderamento um caminho para a superação da pobreza e da tirania, como os principais obstáculos a serem superados (ROMANO, 2008).

O conceito, da forma à qual nos referimos hoje, consolidou-se nos anos 1970, nos Estados Unidos, por meio dos movimentos de direitos civis (ANTUNES & ROMANO, 2002), em especial a luta dos negros e o das mulheres (IORIO, 2002 e WENDHAUSEN *et al.*, 2006), além de outros movimentos políticos, os quais atuam independentemente das estruturas tradicionais partidárias (sem renunciar necessariamente a essas estruturas, tampouco), buscando estabelecer a centralidade e o protagonismo desses movimentos nos seus atores naturais. Antes mesmo, já no século XVI, pode-se afirmar que a reforma protestante de Lutero, na Europa, trazia uma raiz do conceito que viria a ser amplificado e ressignificado nesses diferentes movimentos (HERRIGER¹⁰ *apud* BAQUERO, 2012). Para além dos impactos restritos à religião, o protestantismo promoveu a dissolução de relações centralizadoras de poder, na Igreja Católica, especialmente ao traduzir a Bíblia para o dialeto local (que viria a se tornar a língua oficial, o alemão), o que, junto à invenção da imprensa por Gutemberg, possibilitou o acesso dos textos sagrados à população, de forma a realizarem sua

¹⁰ HERRIGER, N. Empowerment in der sozialen arbeit. Stuttgart: Eine Einfuhrung, 1997.

própria leitura e interpretação, tornando-se sujeitos de sua religiosidade particular (BAQUERO, 2012).

Um nome fortemente vinculado ao tema, no Brasil, é o de Paulo Freire, que, por intermédio de sua *Pedagogia da Libertação*, abordou o empoderamento junto à conscientização e se tornou referência internacional.

Roso & Romanini (2014) destacam, na obra de Freire, um cuidado de se abordar, mais do que o empoderamento, a conscientização, exatamente pelo aspecto individualista às vezes creditado ao termo – o que, inclusive, levou outros atores a cunharem o termo "empoderamento comunitário", na intenção de ocupar essa lacuna no entendimento do empoderamento como algo de aspecto individual. Para Freire, o empoderamento é um processo abordado de forma consciente, política, buscando a superação de questões estruturais e coletivas.

Apesar de ter se solidificado junto a movimentos sociais, o conceito é frequentemente abordado sobre valores bastante relacionados à cultura norte-americana, do "self-made man" – "o homem que se faz por seu próprio esforço pessoal" (BAQUERO, 2005) –, com grande foco em dimensões individuais, psicológicas, como de autoestima e confiança. Mas, este conceito não aponta para qualquer superação estrutural, social, das relações de poder.

Essa diferenciação se faz necessária, pois, como a produção de textos abordando o conceito de empoderamento se estende a inúmeras áreas do conhecimento – derivadas da educação, administração, saúde, psicologia, pedagogia, das ciências sociais, entre outras –, existem diferenças sensíveis na abordagem do tema em algumas dessas, e até dentro de uma mesma área.

O empoderamento, geralmente tratado pelas áreas relacionadas à administração, refere-se a um tipo de empoderamento individual, de funcionários ou servidores de uma organização, o qual se pode notar que não busca uma superação por completo, de condições de subordinação; mas, pelo contrário, compreende o empoderamento a partir de uma visão de autorização, limitada, concedida pela instância de poder (a organização), a fim de conseguir do "empoderado" um maior comprometimento e mais responsabilidade em decisões estratégicas, e, em um segundo momento, maior produtividade (CUNNINGHAM & HYMAN¹¹, 1999 *apud* MARQUES & MATOS, 2011). Esta abordagem tem reflexo na leitura do liberalismo civil e religioso anglo-saxão, que traduz "empower" como "autorizar, habilitar

¹¹ CUNNINGHAM, I. & HYMAN, J. "The poverty of empowerment? A critical case study", *Personnel Review*, Vol. 28 Iss: 3, 1999. p.192 – 207

ou permitir" (STOTZ & ARAÚJO, 2004), servindo como instrumento de perpetuação das relações de poder, ao se reconhecer e fortalecer o poder e o controle das instituições. Inversamente, o empoderamento tratado por Freire implica em:

[...] conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação (dependência econômica, física, etc.) por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência (ROSO e ROMANINI, 2014).

Nascimento (2000, p. 13) reafirma o poder da coletividade, ao tratar o empoderamento como “um processo em que uma coletividade adquire poder à medida que fortalece laços de coesão, capacita-se e habilita-se para promover seu autodesenvolvimento”.

Essa capacidade de um indivíduo se organizar e formar redes sociais em busca de ser definidor do seu futuro, apesar de poder ser induzido ou apoiado inicialmente por um agente externo, geralmente o Estado, desenvolve-se a partir de certa retração do Estado, que, muito comumente, costuma atrapalhar o desenvolvimento da autogestão em comunidades pobres, ao prover serviços de forma paternalista, ou mesmo com repressão às organizações cívicas.

O empoderamento implica em tomar partido (ou relembrando a antiga palavra de ordem: “compromisso”) pelos pobres e oprimidos, e em estar preparado para lidar quase todo o tempo com conflitos. Porém o empoderamento não é algo que pode ser feito a alguém por uma outra pessoa. Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam a si mesmas [...] O que as políticas e as ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento (BARRETO, 2002, p. 5).

Iório (2002), da mesma forma, afirma que o Estado e as organizações da sociedade civil podem desempenhar um papel essencial no processo, tanto dificultando o processo de empoderamento quanto facilitando (VIEIRA *et al.*, 2009), ao propiciar um ambiente de maior acesso à informação, a recursos econômicos e serviços básicos, promovendo mudanças na cultura institucional, revertendo situações de desigualdades.

Uma real superação das condições que caracterizam a pobreza, em seus diferentes níveis, dá-se no momento em que o indivíduo se encontra incluído socialmente e economicamente, de forma a não mais depender de maneira tão sensível do Estado, ou de outras forças ou instituições, ao ponto de manter uma relação de subordinação. Escorel (1999) aponta a exclusão social como um “isolamento dos indivíduos, abalo do sentimento de pertencimento social, anomia, crise de vínculos sociais e de coesão social”. A exclusão e a anomia social, ainda que observadas em grau muito superior em grupos fragilizados socialmente, podem ser lidas como um *zeitgeist* desta geração, como colocado por Bauman

(2001), quando se refere à “modernidade líquida”. O autor afirma que “A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir. [...] a idéia de ‘interesse comum’ fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático”.

Se o homem pode agir, imaginando-se plenamente livre para definir os rumos da própria vida, não se dando conta de que está submetido ao domínio reificado das relações de produção, só o faz porque construiu sua individualidade fundamentada no caráter individualista e egoísta de uma determinada forma de sociedade (BORSOI, 2004).

Para Sen (2010), “a condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental do desenvolvimento”. No entanto, a liberdade individual da qual se trata, ao falar de empoderamento, não pode ser confundida com uma pretensa liberdade de consumidor, condição que gera insegurança e ansiedade, ambicionando uma promessa de vida feliz que nunca chegará. Trata-se de um único tipo liberdade, bastante limitada e incompleta, se colocarmos ao lado de privações primárias, como fome¹², liberdades sociais, políticas, religiosas, de gênero, considerando a oportunidade de exercer plenamente sua condição de agente, ator do próprio destino.

Cabe pontuar também que, em vez de ser uma condição que se atinge e nela se permanece (“está empoderado”), o empoderamento deve ser compreendido como um processo, abordando o poder como algo dinâmico, que não existe como uma entidade, mas que se manifesta quando exercido. Como definido por Foucault (1979), não como “um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, é constituída historicamente”. Este poder serve como forma de expressar as liberdades individuais com responsabilidade, nas relações coletivas.

Como processo permanente, o exercício do poder exige capacitação, ou seja, aprender a tomar decisões, aprender a compartilhar visando ao fortalecimento da capacidade individual e coletiva na tomada de decisões, estabelecendo relações de solidariedade. Como processo social, que busca a transformação da realidade, incluindo condições e relações sociais, o empoderamento requer o envolvimento de sujeitos em redes. Apesar de enfatizar a autonomia como finalidade, ou seja, o fortalecimento da capacidade de tomar a vida com as próprias mãos, o exercício do poder é transitivo, exige relação, interação, solidariedade (KLEBA & WENDHAUSEN, 2010).

¹² Pelo conceito da pirâmide de Maslow (1943), ou hierarquia das necessidades, são elencadas como primárias as necessidades fisiológicas, como fome, sede, respiração, sono, sexo e outras. Quando não supridas, impossibilitam o indivíduo de se focar no suprimento de outros imperativos consequentes, como a segurança, as necessidades sociais, de estima e, por fim, a da autorrealização, condicionando o comportamento e a moralidade a essas necessidades. Cabe frisar que não somente as primárias são necessidades básicas, cujo não atendimento cria tensão nos indivíduos. Apesar de sua teoria servir de referência para diversos estudos reducionistas a respeito de motivação e marketing, o autor considera, em seus estudos, as diferenças culturais e as relatividades da estrutura apresentada (SAMPAIO, 2009).

Ao se tratar de empoderamento neste estudo, refere-se, portanto, a um processo contínuo, dinâmico, de capacitação (em diversos níveis), na busca de livrar o indivíduo de obstáculos internos e sociais que o impossibilitem de protagonizar sua vida com qualidade, dentro das relações sociais e dos grupos em que se insere e com os quais se relaciona. Compreende-se, assim, que este poder só pode se apresentar e aflorar a partir da conscientização, do conhecimento e do reconhecimento, bem como do fortalecimento das redes, que não apenas representam cada indivíduo, mas podem atuar, elas próprias, como extensões orgânicas de cada um deles.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL

3.1 A “não reforma agrária” e as políticas de assentamento no Brasil

A desigual situação agrária brasileira encontra raízes desde o século XVI, durante o processo de colonização e povoação do território, por meio da concessão de grandes extensões de terra, as chamadas capitanias hereditárias e sesmarias que dividiram a metade do país em 15 largos territórios, sob a responsabilidade de donatários da nobreza portuguesa (cabe notar, no entanto, que já naquela época se estabeleciam prazos para iniciar a produção, sob o risco de ter sua posse cassada).

Com raízes jurídicas desde a primeira Constituição Brasileira, em 1934 (NORDER, 2014), a noção de reforma agrária habitou o imaginário político do país durante todo o século XX, visando maior equidade social e produtividade agrícola.

No período do pós-guerra, a partir de 1950, a chamada “modernização no campo”, chamada de “modernização conservadora” (PIRES & RAMOS, 2009), determinou uma nova estrutura produtiva, cada vez mais mecanizada e voltada à exportação. Isso decorreu em um movimento de êxodo rural da população camponesa tradicional (MATTEI, 2012), sendo fortalecido em 1970, com a instalação de indústrias produtoras de equipamentos mecanizados e produtos da indústria química (LEMES *et al.* 2009), o que pode ser observado em uma declaração da época do ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso:

Mas o cerrado não gosta de agricultura tradicional, e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil – continuou o ministro Reis Veloso. Evidentemente, se o Polocentro poderá trazer um aumento da produção agrícola, os lucros dos empreendimentos ficarão nas mãos dos poucos grandes empresários com condições de desenvolver uma agropecuária mecanizada e moderna (Jornal do Brasil, 14 de abril de 1975).

A expectativa em relação a uma real reforma agrária sempre se mostrou frustrada, pelo menos para aqueles que nutriram esperanças de um processo amplo e estrutural, reconhecido como uma questão nacional, ao menos, desde a década de 1950 (DOS SANTOS, 1999). No começo dos anos 60, assim como outras reformas de base (eleitoral, bancária, fiscal, previdenciária etc.), a reforma agrária era assunto amplamente discutido durante o governo de João Goulart. Entre 1959 e 1962, as Ligas Camponesas se expandiram entre pequenos agricultores e não proprietários, em especial pelo Nordeste (TOLEDO, 2004), fazendo os movimentos dos trabalhadores do campo deixarem de ter caráter local, e as pressões do campo tomarem grande dimensão, o que era refletido em pronunciamentos, pareceres e

projetos de lei propostos por deputados, no Senado e também defendido por parte da base aliada do governo. Em 1963, chegou a se propor um plebiscito, pelo deputado Peixoto da Silveira (PSD-GO), sob a justificativa de a nação passar por graves ameaças ao não enfrentar a questão (DOS SANTOS, 1999). Com o Golpe de Estado, em 1964, ainda que tenham sido criados alguns marcos importantes, como o Estatuto da Terra, em novembro de 1964, e também o próprio Incra, em 9 de Julho de 1970 – em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera) –, o debate sobre a reforma agrária e os movimentos que a exigiam foram emudecidos politicamente, sob apoio e reivindicação de setores da sociedade civil que incentivaram este movimento, que:

[...] estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos (TOLEDO, 2004).

Durante o regime militar, os governos não se utilizavam dos assentamentos como ferramenta de distribuição, ou democratização do acesso à terra, e se focavam em processos de “colonização agrícola” como uma estratégia de ocupação do território como política de segurança nacional, assegurando as fronteiras do país (MATTEI, 2012).

A partir da década de 1980, começaram a se estruturar políticas para o meio rural, com programas de crédito específicos para agricultores familiares, como o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), que atendiam apenas algumas realidades específicas, não contemplando todas as situações da realidade agrária (CAMPELO, 2008). Em 1985, com a redemocratização do país, o assunto voltou à discussão, com grande destaque, ao passo que a luta por uma reforma agrária de hoje se ancora – no que diz respeito a normas e à legislação brasileira – especialmente na nossa Carta Magna, a Constituição de 1988. Esta, ao incorporar em seus preceitos fundamentais a garantia do direito à propriedade (artigo 5º, XXII), condicionou este direito ao determinar que a propriedade deverá cumprir sua função social (inciso XXIII), a qual é discriminada no artigo 186:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
 I- aproveitamento racional e adequado;
 II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
 III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
 IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(BRASIL, Constituição, 1988).

O “Governo da Nova República”, do ex-presidente José Sarney (1985-1990), prometia atender aos anseios populares, projetando e divulgando a perspectiva de assentar 1,4 milhão de famílias; mas, ao seu fim, quatro anos depois (1989), havia assentado apenas 85 mil famílias de trabalhadores rurais, em uma época de êxodo rural crescente (MATTEI, 2012).

O que já era pouco ainda viria a piorar drasticamente, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1989-1992), que não promoveu qualquer desapropriação ou assentamento até seu impeachment; ao passo que seu vice, Itamar Franco (1992-1994), ainda logrou êxito em promover um número tímido de assentamentos.

Durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), alguns episódios de enfrentamento dos movimentos de luta pela terra ("Marcha a Brasília", em 1997), em alguns casos com resultados drásticos (o massacre de Eldorado dos Carajás), fizeram com que o governo passasse a reconhecer a necessidade de atuar para mitigar esses conflitos, aumentando expressivamente o processo de assentamentos, com mais de 540 mil famílias assentadas em 8 anos de governo. Infelizmente, ainda assim, não foi o suficiente para reverter a alta concentração de terras do país, especialmente se considerarmos que, no mesmo período, registrou-se o desaparecimento de 450 mil pequenas propriedades rurais (MATTEI, 2012).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), apesar da boa relação deste e de seu partido com os movimentos sociais, sindicais e de luta pela moradia e por terra, tampouco se pode afirmar que a RA tenha sido efetivamente uma realidade. Sua posse, em 2003, trazia para membros destes movimentos muita esperança de grandes avanços na questão, em geral, e levou a uma expansão vertiginosa do número de acampamentos e ocupações (CPT, 2011), tanto por uma estratégia declarada de pressionar o governo para dar subsídio conjuntural ao fato e às demandas por terras, quanto pela esperança de trabalhadores rurais, de serem atendidos massivamente pelo governo que se iniciava.

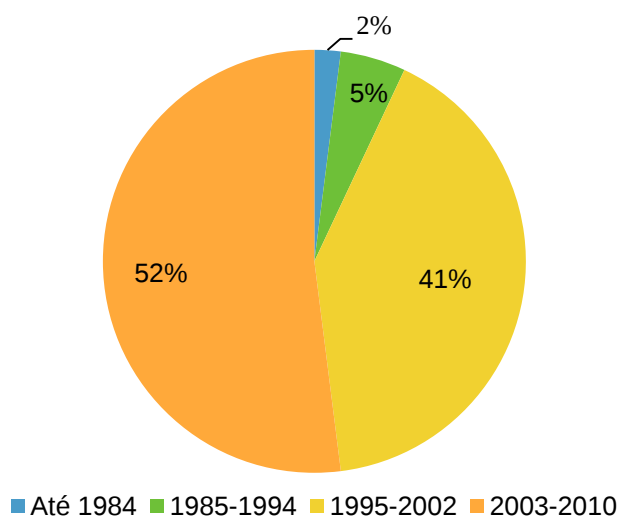
Objetivamente, a construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária por um grupo de trabalho de intelectuais ligados aos movimentos sociais relacionados, sob a coordenação do economista Plínio de Arruda Sampaio (motivo pelo qual ficou conhecido como *Plano Plínio*), sugeria uma ação ostensiva na questão rural. No entanto, pressionado pelo setor ruralista, o governo recuou e substituiu, mantendo o nome de II PNRA (RAMOS FILHO, 2008), com um programa muito mais ameno.

Entendendo esse recuo como um primeiro sinal, os movimentos sociais de luta pela terra intensificaram as ações, de forma a pressionar pelo cumprimento das metas do novo plano. E, ao longo de 8 anos de gestão, registraram-se 614 mil famílias assentadas, tendo destaque, no período, investimentos direcionados a uma qualificação dos assentamentos existentes (MATTEI, 2012), recuperando-se assentamentos em condições precárias, com programas como o Luz para Todos, que levou energia elétrica a comunidades e assentamentos, não só de reforma agrária.

Cabe mencionar que, apesar de ter atingido números absolutos consideravelmente maiores do que os governos anteriores, a gestão não atendeu às metas pretendidas, sendo criticada pelos movimentos de luta pela terra, no sentido de que foi dada continuidade ao mesmo entendimento brando do termo reforma agrária, contabilizando a aquisição de terras improdutivas, terras griladas e regularização fundiária, sem que essas ações efetivamente alterassem a estrutura de poder e concentração de terra.

Entretanto, no primeiro mandato da atual presidente, Dilma Rousseff, o ritmo crescente de assentamentos caiu drasticamente, retornando a um patamar próximo até mesmo ao do governo de José Sarney, assentando apenas 107 mil famílias em 4 anos (grande parte dessas no último trimestre do seu primeiro mandato), o que motivou a Comissão Pastoral da Terra a publicar uma carta aberta à presidente, com seu balanço anual da Reforma Agrária, condenando os números de 2010-2014 como os piores dos últimos 20 anos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2015).

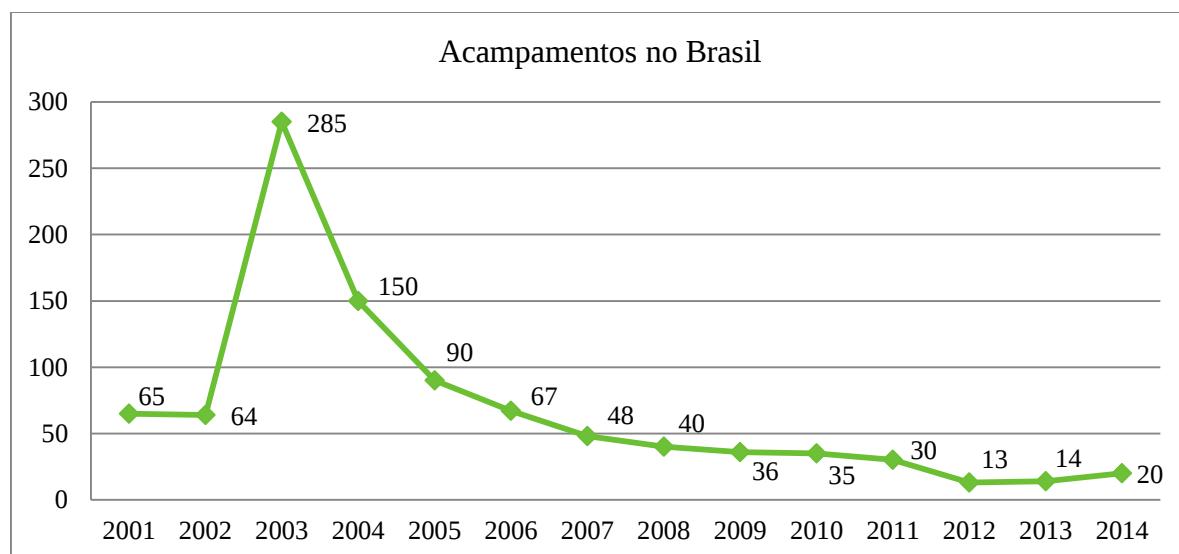
Figura 2 - Distribuição das famílias assentadas no Brasil, por período histórico



Fonte: Elaborado pelo autor reproduzindo gráfico de Mattei (2012), com dados de Sipra/Incra

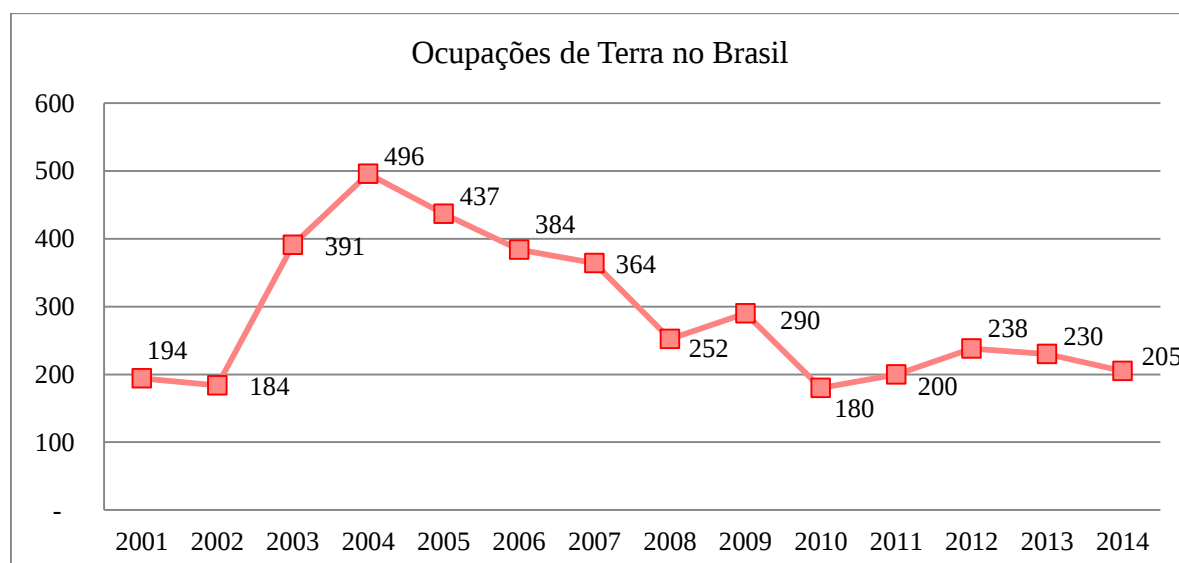
Portanto, apesar de, em um horizonte temporal macro, o número de assentamentos no Brasil aparentar uma tendência de crescimento, como pode ser lido no gráfico anterior (figura 2), os números a partir de 2003 mostram um abrandamento recente, tanto no quantitativo de assentamentos quanto da própria luta pela terra, se observarmos o número de ocupações e acampamentos (figuras 3 e 4, a seguir).

Figura 3 – Número de acampamentos iniciados no período de 2001 a 2014



Fonte: Dados extraídos dos relatórios da CPT – Conflitos no Campo (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014)

Figura 4 – Número de ocupações de terra no período de 2001 a 2014



Fonte: Dados extraídos dos relatórios da CPT – Conflitos no Campo (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Esses números podem ser entendidos com base em alguns acontecimentos e conjunturas políticas que contextualizam a trajetória da luta pela terra. Em 2000, em resposta ao crescimento exponencial do número de ocupações de terras – 300% em 4 anos (CPT, 1996, 1997, 1998, 1999) –, o governo editou medida provisória que impedia a desapropriação de terras invadidas em dois anos seguintes à desapropriação, o que fez o número de ocupações diminuir consideravelmente nos anos seguintes. Posteriormente, como já foi dito, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, levou a um aumento vertiginoso no número de ocupações e acampamentos, como pode ser notado.

Nos últimos 12 anos, entretanto, o número de acampamentos e ocupações vem diminuindo gradualmente, de forma a sugerir um arrefecimento do movimento de luta, questionado até mesmo em discursos internos, o que leva estudiosos a declararem até um suposto “fim do ciclo de vida da reforma agrária brasileira” (NAVARRO, 2013). Por outro lado, isso é rebatido por outros pesquisadores. Campos (2015) apresenta outra variável, o recorde de 14 mil participantes no último congresso nacional do MST (2014), sugerindo que a trajetória da organização e do movimento de luta pela terra passa por alterações no seu repertório de ação. Consideram-se a conjuntura política e a própria trajetória do movimento, que decide por estratégias diferentes das ocupações, com uma maior interação institucional com formuladores das políticas para o setor, sem, com isso, ter perdido seu poder de mobilização.

Novamente, é pertinente reforçar que uma política de assentamentos não é o mesmo que uma reforma agrária que modifique a estrutura territorial e democratize o acesso à terra.

[...] entende-se que a distribuição igualitária da propriedade da terra é um dos indicadores mais importantes para se medir o caráter democrático ou não de sociedades que se constituíram a partir de bases agrárias, como é o caso da sociedade brasileira (MATTEI, 2012).

Stiglitz (2000) aponta para o fato de que uma distribuição mais equitativa da terra facilita o acesso ao crédito e dá estabilidade para se investir em capital humano, não tendo os donos de terra que retirar os jovens da escola em épocas de crise (CONNING, OLINTO e TRIGUROS *apud* STIGLITZ, 2000). Já Birdsall (1999) sustenta que a educação, quando distribuída, consegue reduzir sozinha a concentração dos outros ativos com o passar do tempo. Esses dois contextos, além de manifestarem uma sinergia, reforçam a necessidade de se pensar a reforma agrária como estratégia de desenvolvimento sustentável de forma multidisciplinar.

[...] a reforma agrária pode ter um papel importante no âmbito das Reformas de Segunda Geração (post-Washington Consensus) que visam gerar capital social e instituições locais para promover o desenvolvimento econômico e social de uma forma participatória, descentralizada e não paternalista (OLINTO e TEÓFILO, 2000, p. 15).

Não só a terra é elemento essencial para a produção agrícola, mas a forma que esta é distribuída e ocupada tem relação direta com sua produção. A “distribuição de riqueza altamente concentrada pode limitar as oportunidades dos indivíduos de serem produtivos” (HOFF, 2000, p. 62). Stiglitz (2000) também sustenta que uma maior equidade na distribuição de terras afeta diretamente a eficiência na produção agrícola, em razão dos “custos de mediação” ou custos de agenciamento, envolvidos na relação entre o proprietário da terra e o *meeiro* (agente), e da falta de incentivos para a produção. A condição de ser ou não proprietário da terra influencia nos resultados obtidos por quem produz por meio dela (GIRARDI, 2008).

Guanziroli (1990 e 1998), da mesma forma, afirma que, na agricultura, “salvo raras exceções”, a perspectiva de economia de escala não se realiza da mesma forma que em outros setores. Vantagens como o custo com máquinas indivisíveis, que não atendem a áreas muito pequenas, e a facilidade de crédito e comercialização, podem ser obtidas também por pequenos agricultores com certo nível de organização comunitária, ou mesmo por intermédio do aluguel de máquinas. Por outro lado, a propriedade de baixa e média escala, ao se utilizar de mão de obra familiar, economiza em custos de supervisão e gestão da produção, os quais na agricultura, diferentemente da indústria, são extremamente altos.

Ainda nesse sentido, na pesquisa realizada em parceria da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) com o Incra, em 1999, intitulada “Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto”, ao se dividir a grande heterogeneidade de agricultores do país por grupos de renda, chega-se a resultados que indicam, ao mesmo tempo, uma correlação direta da capitalização do agricultor familiar em relação a sua renda por hectare (ou seja, quanto mais capitalizado, mais este tem de retorno por hectare) e uma realidade inversa em relação aos agricultores patronais, tendo resultados inferiores por hectare, quanto maior sua área de produção. Binswanger *et al.* (1995) vão além, e, pesquisando um extenso número de países em diversos continentes, concluem que, em todos os casos levantados, a existência e manutenção de grandes propriedades só se dão graças à intervenções governamentais em favor dos grandes latifundiários, tendo havido uma desintegração deste modelo de grandes propriedades, em todos os casos em que tais privilégios foram interrompidos. Para os autores, a existência de grandes propriedades se dá

em decorrência de favorecimentos políticos. Concluem, demonstrando que estabelecimentos que utilizam principalmente mão de obra familiar têm níveis de produtividade mais altos, o que coloca como um mito a suposta superioridade produtiva da arquitetura empresarial em larga escala.

De acordo com Ranieri (2003), ainda há:

[...] um longo caminho a ser percorrido para que a nação brasileira possa colher todos os benefícios que um amplo processo de reforma agrária poderia trazer, tanto no campo como nos efeitos positivos indiretos para a população urbana (RANIERI, 2003, p. 5).

Tendo em vista o processo histórico que moldou a paisagem rural e estabeleceu a configuração de propriedade, bem como a distribuição e o uso da terra nos dias de hoje, no Brasil, este debate – que talvez não devesse ser necessário em pleno século XXI, se, a exemplo de muitos outros países desenvolvidos, tivesse realizado sua reforma agrária nos dois séculos anteriores – passa por um processo constante de revisão, contextualizando a dinâmica e o desenvolvimento local com a realidade global contemporânea de produção, informação e consumo.

O grande desafio desse fim de século é o entendimento das novas estruturas econômicas e políticas que, organizadas à escala do planeta, estão criando um verdadeiro novo mundo do qual um dos aspectos marcantes são as novas configurações espaciais (SANTOS, 1996, *apud* TRONTO, 2008).

Entre os desafios para o desenvolvimento do meio rural, Veiga (2001) alerta para algumas armadilhas de discursos amplamente difundidos – como o dado de que a maioria da população reside em cidades ou distritos (81,2%, já em 2000) –, que não contribuem para a renovação de ideias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira, pois dão a falsa impressão de um Brasil quase não rural. Isso leva a pensar a população rural como uma minoria e em diminuição, por não levar em conta características geográficas que conceituam o Brasil rural e urbano. Se utilizarmos critérios razoáveis para classificar a questão territorial nacional, no entanto, chegamos a um número não maior que 60% da população brasileira vivendo em áreas realmente urbanas. Para o autor, também, tão errônea e inoportuna quanto, é a confusão que se faz entre economia rural e economia agrícola ou agropecuária.

Para além da questão qualitativa, então, existem diversos aspectos a serem discutidos e continuamente revistos nas políticas de assentamento. Em amplo levantamento realizado em 2003, do qual resultou a pesquisa “A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira” (SPAROVEK, 2003), avaliando a qualidade ambiental (“QA”) dos projetos de assentamento, os pesquisadores concluem que:

[...] o processo de reforma agrária é realizado com base num passivo ambiental significativo. Esse passivo é fruto da priorização de áreas em que a qualidade ambiental já está comprometida ou da seleção de áreas em que o desmatamento ainda é necessário para a implantação dos sistemas de produção agrícola. A falta de ações direcionadas para o equacionamento desse passivo, definidas apenas em épocas muito recentes (PDA e a licença ambiental), associada à priorização absoluta dos créditos para a implantação de infraestrutura e apoio à produção, justificam a pouca abrangência de ações que poderiam promover o resgate da qualidade ambiental nos assentamentos (SPAROVEK, 2003, p. 127).

Indicadores negativos não confrontam a necessidade ou importância do processo da reforma agrária, mas demonstram que há muito a se avançar em uma política que vem demonstrando seus resultados ainda recentemente.

É interessante notar, na pesquisa de Sparovek, que o índice de organização social¹³ se destaca negativamente, entre os outros aspectos analisados (qualidade de vida, qualidade ambiental, eficácia da reorganização fundiária, ação operacional), em todas as regiões do país. Formados a partir de aspectos como a integração com a comunidade externa, a organização social dentro do PA (projeto de assentamento) e a produção e comercialização coletiva e organizada após a intervenção do governo, os baixos índices de organização social nos assentamentos podem sugerir que, após o assentamento, as famílias retornam à vida e produção individual. Estes resultados indicam um decréscimo da importância dos elos que sustentam a participação dos assentados nos movimentos sociais; porém, cabe ressaltar que o estudo destaca que essa individualização atinge especialmente a produção e comercialização, mantendo, em parte, a integração e organização social da comunidade, quando da busca de ações reivindicatórias por benefícios sociais.

Abers (2000) afirma que “a melhoria da qualidade de vida em áreas pobres depende da capacidade dos moradores em formar redes sociais e organizações cívicas”.

Entre os vários mecanismos possíveis de empoderamento, as atividades essenciais do campo podem ser gatilhos para o início desse processo. As atividades agrícolas, fundamentais para o sustento das famílias, têm sido o foco das ações públicas. Publicações recentes dão enfoque na educação, mas é necessário olhar o processo como um todo. O desenvolvimento das áreas rurais, em assentamentos, vilas e núcleos, depende fundamentalmente da implantação de programas habitacionais, uma vez que as necessidades e a qualidade de vida do trabalhador rural não se limitam ao acesso à terra (PERES, 2003).

¹³ Índice criado pelo autor para avaliar a forma com que o projeto de assentamento está organizado, visando equacionar seus problemas de acesso a serviços e benefícios sociais, e resolver problemas ligados à produção e comercialização.

3.2 As sementes da luta pela terra em Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul tem sua história e seu território conformado pela luta pela terra, desde a luta histórica, enquanto nação, conhecida por Guerra do Paraguai, ou da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), responsável pelo endividamento de todos os países envolvidos e o massacre de 3/4 da população do Paraguai, condicionando para sempre a realidade deste país vizinho.

O povoamento do sul do Estado de Mato Grosso é marcado pelo desalojamento dos moradores de Santiago de Xerez, redução jesuíta localizada às margens do Rio Miranda, e de outras cinco aldeias circunvizinhas (BITTAR¹⁴ *apud* ALMEIDA, 2006), ao que se sucedeu a marcha do gado das terras de Minas Gerais para o oeste, no fim do século XVIII, para a área denominada "chapadões de vacaria", em razão da dispersão do gado bovino entre Campo Grande e as fronteiras com São Paulo e o Paraná.

Também a região do Pantanal, como se sabe, era povoada por diversas tribos indígenas, em especial as do grupo linguístico guarani (MARTINS, 2002); a dos habitantes do Baixo Apa; a dos guachis; a dos nuares, na região hoje conhecida como Miranda; a dos paiagás da Baía Negra e dos guatós, conhecidos por serem excelentes marinheiros; os xanés e os xaraiés (VALVERDE *apud* ALMEIDA, 2006). Além destas, a dos guaicurús, que trouxeram cavalos do Paraguai para os campos de Maracaju e tiveram importante presença na Guerra do Paraguai, defendendo o território brasileiro (o que foi reconhecido pelo então império brasileiro).

No século XVII, com a chegada dos bandeirantes, expandiram-se as fronteiras coloniais. De seu lado, os jesuítas transformavam os índios em súditos do rei, ao catequizá-los, razão pela qual, supostamente, não mais poderiam ser escravizados; no entanto, como os docilizavam, facilitavam sua escravização pelos bandeirantes, que não necessariamente seguiam as normas legais dos reis ibéricos (MARTINS, 2002). Além disso, por conta da prática das *encomiendas* (unidades territoriais de trabalho compulsório concedidas a conquistadores espanhóis) e do trabalho pesado no processo colonizador, uma grande proporção dessa população indígena nativa foi exterminada e aculturada, num processo que semeou a injustiça que colhemos em forma de desigualdade e revolta neste estado, até os dias de hoje.

¹⁴ BITTAR, M. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892- 1997). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997

A verdade é que, assediados por três frentes assimiladoras, cada uma com seus objetivos específicos, mas não menos etnicida, os Guaraní tiveram, nos séculos seguintes, o seu território invadido, e loteado, sua cultura esbulhada e sua população drasticamente reduzida (MARTINS, 2002).

Posteriormente à Guerra do Paraguai (1864-1870), a ocupação da região se deu de forma a garantir a defesa das fronteiras. Aproveitando o quase extermínio da população masculina paraguaia e a presença de extensos ervais de mate nativos na área de 156.000 km² (CARMO, 2007) anexada ao Brasil, surge, em 1882, a Companhia Matte Larangeira, concedida pelo governo imperial, a Thomaz Larangeira, e com ela o direito de explorar as terras devolutas com ervais no cone sul de Mato Grosso. Com práticas de produção em larga escala, fragmentação do conhecimento e divisão do trabalho, implanta-se um modelo industrial de corporação (CARMO, 2007), monopolizando a produção ao impedir que moradores que viviam da atividade a exercessem, chegando a dominar uma área de aproximadamente 5 milhões de hectares (CORREA FILHO¹⁵ *apud* QUEIROZ, 2008). Para Almeida (2006), a ascensão e crise da empresa e sua relação com o povoamento sul de Mato Grosso “permite-nos compreender a sua importância no processo de inauguração do latifúndio como opção política e econômica da região sul de Mato Grosso”.

Tamanho poder obtido por meio do monopólio dos ervais nativos despertava uma reação da influente classe comercial, em especial de Corumbá, que passou a utilizar a seu favor dos choques entre posseiros – majoritariamente migrantes vindos do Rio Grande do Sul em decorrência da Revolução Federalista (ALVES¹⁶ *apud* QUEIROZ, 2008). A poderosa burguesia local vinha perdendo seu domínio das importações por uma entrada de capital internacional (posteriormente diminuído com a Primeira Guerra) (QUEIROZ, 2008) e pelo poder da companhia Mate Larangeira, que, por seu monopólio, determinava a produção e distribuição, de forma que os comerciantes se tornavam menos necessários. A pressão do capital internacional, assim como uma forma de "imperialismo paulista", que passava a ter fácil acesso à produção do sul de Mato Grosso com a estrada de ferro (1914), deslocou o poder de Corumbá (que se utilizava do trânsito fluvial pelos Rios Paraguai e Paraná) para Campo Grande. A demanda por gado bovino em pé – uma "vocação natural da região" – pelos modernos frigor feros do Sudeste, pressionava por um movimento de menor dinamiza o da produ o local, com menor verticaliza o e valor agregado. De certa forma,

¹⁵ CORRÊA FILHO, V.   sombra dos herveas mattogrossenses. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925

¹⁶ ALVES, G. L. Mato Grosso e a história 1870-1929: ensaio sobre a transi o do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem. 1984.

antecipariam, em outra escala, reflexos similares aos da futura modernização do campo e sua produção voltada à exportação:

Mas o cerrado não gosta de agricultura tradicional, e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil – continuou o ministro Reis Veloso. Evidentemente, se o Polocentro poderá trazer um aumento da produção agrícola, os lucros dos empreendimentos ficarão nas mãos dos poucos grandes empresários com condições de desenvolver uma agropecuária mecanizada e moderna (**Jornal do Brasil**, 14 abr. 1975).

Assim, historicamente, reproduziu-se no sul de Mato Grosso uma estrutura fundiária concentradora, de forma a desincentivar a pequena propriedade e o modo de vida camponês, enquanto se demandava a transformação deste em força de trabalho, gerando uma classe de grandes proprietários de terra que dominaram e dirigiram Mato Grosso do Sul, desde a sua formação (ALMEIDA, 2006).

De fato, no período que antecede a divisão do Estado, as forças políticas que se encontravam no sul de Mato Grosso possuíam lideranças divididas entre “uma elite política com formação aristocrática, oriunda das tradicionais e conceituadas faculdades de direito da época [...] ou de medicina [...] e, por outro, a classe social vinculada à posse de terras” (BITTAR¹⁷ *apud* QUEIROZ, 2006), tendo, portanto, a classe latifundiária já como importante base social.

No período compreendido entre o final dos anos 70 e o começo dos 80, começam a se delinear mais claramente uma crítica e uma cobrança em relação a essa concentração de terras e poder político por arrendatários no sul do Estado, levando a uma primeira grande ocupação de terras (ALMEIDA, 2006) após o processo iniciado com o rompimento de contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá no município de Naviraí. Os arrendatários queriam continuar trabalhando nas terras em que estavam. Criaram um movimento que se uniu ao grupo em Batayporã, que reivindicava terras para reforma agrária, organizados pelo sindicato dos trabalhadores rurais, e chegou ao auge do conflito com o assassinato dos advogados dos arrendatários, em 1981, resultando numa invasão espontânea de cerca de 800 famílias, ainda sem organização, na fazenda Baunilha, em Itaquiraí, por trabalhadores rurais, em sua maioria lavradores boias-frias (Comissão Pastoral da Terra, 1993).

¹⁷ BITTAR, M. Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997). 2 v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo. 1997

A ocupação não durou muito. Os ocupantes foram despejados pela Polícia Militar no governo do ex-governador Pedro Pedrossian. As famílias montaram um acampamento à beira da rodovia, onde ficaram por dois anos – isoladas pela polícia, com arame farpado que cercava o acampamento, e um posto policial que impedia a entrada – sendo sucessivamente transferidas de lugar até irem parar, junto com outros grupos, no Projeto de Assentamento Braço Sul, em Colíder, Mato Grosso.

Este foi o primeiro de muitos conflitos, semeados por uma realidade local de grande concentração de terra, dando início a discussões em comunidades rurais e ao processo de organização para a ocupação, com participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Dourados e de sindicalistas (ALMEIDA, 2006), realizando encontros e eventos com a finalidade de discutir e construir estratégias de luta pela terra, o que resultou no nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, com seu primeiro encontro na cidade de Cascavel (PR).

Entende-se a criação do MST como um marco na luta pela terra no país. Juntando, no início dos anos 80, movimentos iniciados ainda nos anos 70 no Sul do país, com movimentos como os relatados anteriormente, surgidos em MS. O movimento foi concebido, dessa forma, na região Centro-Sul, tendo sido posteriormente difundido por todo o país (MAGALHÃES E SOBRINHO, 2010), razão pela qual é razoável que até hoje o Estado de Mato Grosso do Sul possua certo destaque na luta pela terra.

Isso se deve, entre outros motivos, ao caráter histórico de concentração de terras no Estado. De acordo com o censo agropecuário de 1996 quase 55% das propriedades rurais ocupavam meros 2,2% da área, restando aos outros 45%, 97,8% da área total dos imóveis rurais do Estado. Se observarmos os extremos, chegamos ao 1% dos estabelecimentos com maior área ocupando quase metade (45%) da área rural.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária – Brasil e MS – 1995/96

Grupos por Área (ha)	Brasil				Mato Grosso do Sul			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	2.402.374	49,65	7.882.194	2,23	9.170	18,62	39.681	0,13
10 a menos de 100	1.916.487	39,61	62.693.586	17,73	17.753	36,05	637.163	2,06

Grupos por Área (ha)	Brasil				Mato Grosso do Sul			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
100 a menos de 1.000	469.964	9,71	123.541.517	34,94	15.423	31,32	5.992.676	19,37
Acima de 1.000	49.358	1,02	159.493.949	45,10	6.902	14,01	24.273.252	78,45
Total	4.838.183	100	353.611.246	100	49.248	100	30.942.772	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996.

Em dados mais atuais, pelo Censo Agropecuário 2006, percebe-se (Tabela 2) uma alteração insignificante na dinâmica entre os diferentes estratos fundiários, tendo o Estado de Mato Grosso do Sul registrado, na verdade, um aumento no índice de Gini, que já se mostrava excessivo.

Tabela 2 - Evolução do Índice de Gini na distribuição da terra

Unidade da Federação	1985	1996	2006
Brasil	0,857	0,856	0,854
Mato Grosso do Sul	0,860	0,822	0,856

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

O MST, com movimentos congêneres STR/Fetagri e CUT, certamente não constituem o primeiro movimento de luta pela terra no Brasil. Comparato (2001) argumenta, no entanto, que, apesar de haver na história vários relatos de revoltas camponesas, essas se diferenciam por sua limitação regional, como nas Ligas Camponesas, ocorridas nos anos 60, restritas ao Estado de Pernambuco e adjacências. Além do limite geográfico, outro aspecto que distingue episódios como o de Canudos (final do século XIX, no sertão baiano) e o Contestado (começo do século XX, no oeste de Santa Catarina), é a vertente messiânica e mística que orientava as ações de seguidores que "ansiavam mais por um retorno ao passado do que por uma transformação do presente" (CANDIDO, 1998; CUNHA, 1979; MARTINS, 1995; MONTEIRO, 1974; e QUEIROZ, 1965 e 1977 *apud* COMPARATO, 2001). A interpretação

de Martínez Alier (2007), em sua *Ecologia dos Pobres*, se alinha na mesma perspectiva. Por último, Comparato também destaca o MST destes movimentos anteriores, por focar seu embate com o Governo Federal, e não mais diretamente com os grandes proprietários de terras de forma individual.

Almeida (2006) divide o histórico dos 20 primeiros anos (1980 a 2000) dos movimentos pela terra no Estado de MS em quatro fases. A primeira delas marca o início da luta (1980 a 1985), quando se inicia a organização do movimento em 1983. Após o primeiro Encontro Nacional de criação do MST no Brasil, em 1984, realiza-se a primeira ocupação organizada no Estado, refletindo-se na conquista de seis assentamentos realizados pelos governos do Estado e da Federação, como o Padroeira do Brasil – criado pelo governo estadual, no município de Nioaque, em consequência da primeira ocupação de terra do movimento em MS, em abril de 1984, na fazenda Santa Idalina, em Ivinhema. Este recebeu 486 famílias, em uma área de 2.200ha. Além desse, os assentamentos Tamarineiro I, Retirada da Laguna, Sucuriú e Nioaque, todos pelo Incra (Governo Federal), e Canaã, pelo Terrasul (governo estadual).

A segunda fase (1986-1990) está ligada à implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), carregada de crescente expectativa por parte dos trabalhadores rurais, com a implantação de 16 assentamentos no Estado.

O terceiro período, entretanto, foi o mais trágico. Entre 1991 e 1995, a política de assentamentos foi reduzida no Estado, e as ocupações de terra, combatidas sistemática e violentamente pelo governo estadual de Pedro Pedrossian, tendo sido implantados apenas seis novos projetos.

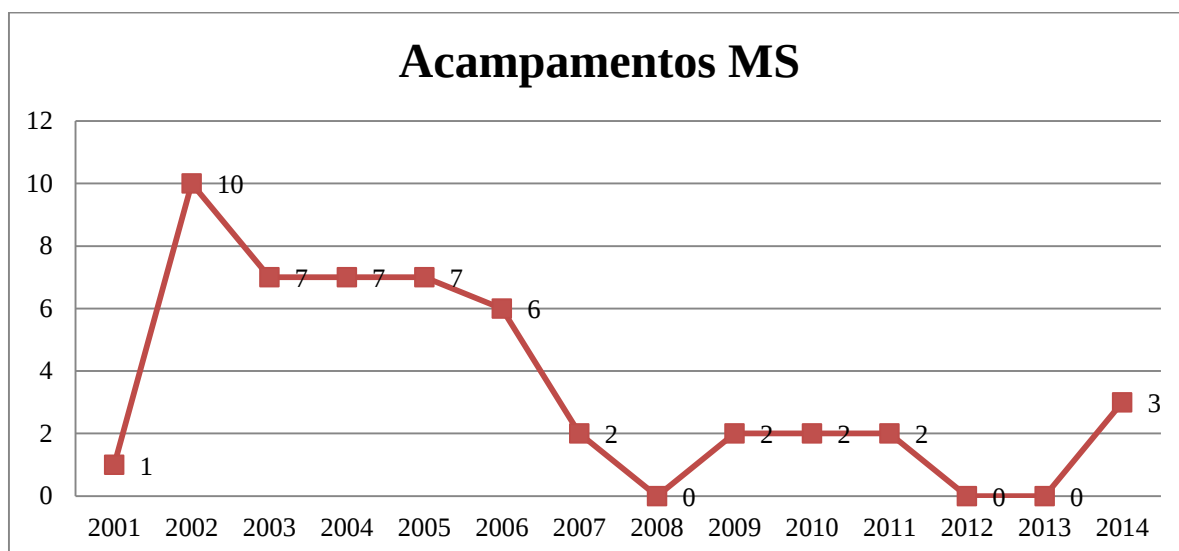
[No período] Mato Grosso do Sul foi disfarçadamente o estado da Federação que teve o maior número de trabalhadores rurais presos: foram 74 homens e mulheres presos no período de 1991 a 1992, e mais dezoito trabalhadores rurais com mandatos de prisão preventiva (ALMEIDA, 2002).

Ao final, a autora trata de 1996 a 2000, período no qual o movimento retomou a luta pela terra e as conquistas de assentamentos, tendo sido realizados 67 novos projetos de assentamento em Mato Grosso do Sul.

Nos últimos 12 anos, como se demonstrou no capítulo anterior, a luta nacional pela terra vem perdendo força, ou ao menos mudando de atuação, reduzindo progressivamente as ações características dos movimentos. Esta tendência, no entanto, não se reflete integralmente no Estado, como se pode ver nos gráficos 4 e 5, a seguir, por conta do crescente número de

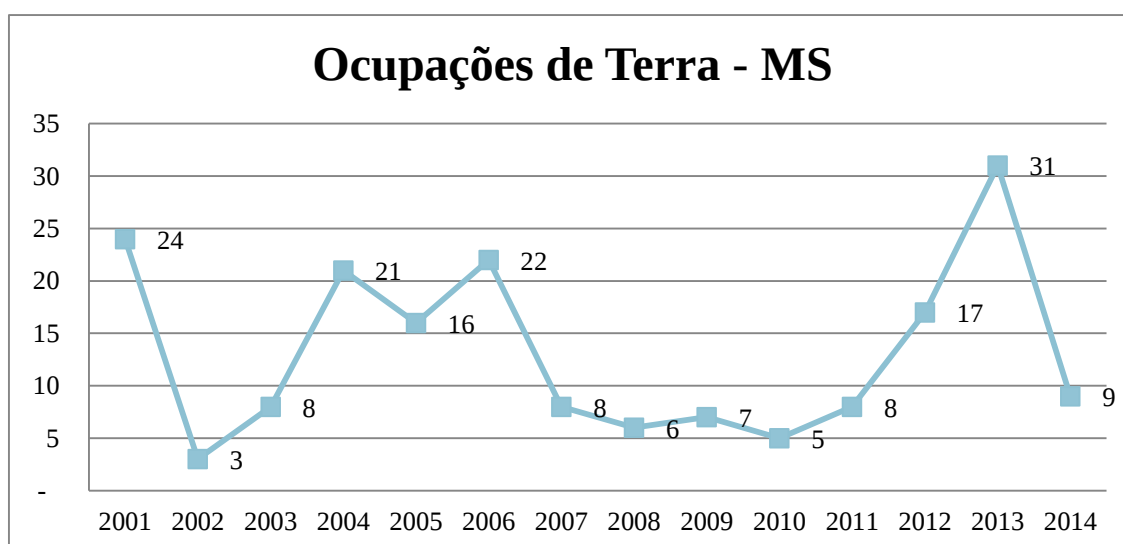
movimentos indígenas de luta pela terra, realizando ocupações, com conflitos e um debate latente na sociedade local.

Figura 5 – Acampamentos iniciados no Estado de MS, no período de 2001 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos relatórios da CPT – Conflitos no Campo (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Figura 6 - Ocupações de terra no Estado de MS, no período de 2001 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos relatórios da CPT – Conflitos no Campo (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

3.3 Política Habitacional Urbana e Rural

A política habitacional brasileira não teve uma evolução constante e foi marcada e interrompida por eventos diversos. Nos anos 60, ganhava força um processo de mobilização popular, mas este foi logo desarticulado em razão do golpe militar de 1964, período em que se

desenvolveram políticas que não foram analisadas neste trabalho. Com o processo da redemocratização, retomou-se a mobilização de diversos atores sociais no fim da década de 80 (SOUZA, 2004), e teve marcos como a criação da Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), em 1980, e o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), durante a Constituinte de 1988 (MARICATO, 1994). Podemos afirmar que a discussão da política habitacional no País apresentou grandes avanços no início deste século.

A política nacional de habitação adotada atualmente vem sendo construída desde 1999, por meio de estudos do Projeto Moradia, pelo Instituto Pólis, e pela adoção experimental de políticas em gestões municipais, às quais a Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades, ao ser criada em 2003, deu sequência em nível federal.

Anteriormente, em 2001, a aprovação do Estatuto da Cidade representou um desenvolvimento importante na materialização do direito à cidade em termos legais, e não apenas como noção política (FERNANDES, 2007 e TRINDADE, 2012), e definiu diretrizes e mecanismos de cumprimento da função social da cidade e da propriedade, balizados na participação popular e viabilizados a partir de uma série de instrumentos urbanísticos (NASCIMENTO NETO *et al.*, 2012).

A partir de então, a Política Nacional de Habitação (PNH) foi construída com a realização de numerosas conferências das cidades, realizadas em nível municipal (em 3.457 dos 5.661 municípios brasileiros), regional e estadual, em 2003, assim como a Conferência Nacional ainda no mesmo ano. A partir desse evento, instituiu-se o Conselho das Cidades e se aprovaram diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A PNH reconheceu a necessidade de encarar os imensos desafios urbanos do Brasil como política de Estado, integrando a política habitacional com a política de desenvolvimento urbano, e definiu as diretrizes gerais e os instrumentos para sua aplicação, como o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

O SNH divide-se em dois subsistemas, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o de Mercado, regulamentados em lei publicada em 2005. O Plano Nacional de Habitação (PlanHab), após 18 meses de elaboração em diferentes instâncias, teve sua redação final apresentada em 2008. Por meio de planos plurianuais (PPAs), propôs metas de médio e longo prazo, até 2023, com avaliações periódicas dos resultados. Para integrar o sistema, os estados e municípios tinham que reproduzir a estrutura proposta pelo documento, gerindo fundos, conselhos e planos locais de habitação de interesse social, de forma a administrar a produção com visão sistêmica, de forma planejada, e com fundamental participação popular na definição dos programas e projetos. A partir disso, recursos do Fundo

Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) poderiam ser repassados, a fundo perdido, para que os estados e municípios implantassem seus projetos de forma descentralizada, com visão e gestão local.

Em 2008, no entanto, a preocupação com uma crise econômica mundial fez com que o governo passasse a adotar medidas *keynesianas*, anticíclicas, com vistas a mitigar danos, estimulando a economia interna com a manutenção do crédito e ambiciosos investimentos públicos, especialmente na área de infraestrutura, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 (DIAS, 2012; HERLING, 2012; CARDOSO *et al.*, 2014; SANTOS *et al.*, 2014). Com esta inclinação, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), lançado em 2009, assumiu a produção habitacional, deslocando a função do SNHIS, instrumentalizado pelo PlanHab e FNHIS, assim como fundos locais de habitação, quase exclusivamente para ações de urbanização de assentamentos precários (AP) (KRAUSE *et al.*, 2013). Isso frustrou expectativas em diversos locais que vinham estruturando seus planos estaduais de habitação de interesse social (PEHIS) com a participação de diversos atores sociais, em atendimento às condições determinadas pelo SNHIS (ARAÚJO, 2013). Tamanho foi o alinhamento do programa com a estratégia econômica, que a partir de 2011, em sua segunda fase, o MCMV foi incluído no PAC, “sendo a habitação o produto entregue desta política de desenvolvimento, e não necessariamente o contrário, como se poderia esperar” (KRAUSE *et al.*, 2013).

É sensato destacar que, com o PMCMV, a abundância de crédito injetado no setor deu sustentação para finalmente se poder falar em política de acesso ao solo urbano no Brasil (ROLNIK *et al.*, 2008) e acelerou as decisões governamentais sobre as propostas lançadas pelo PlanHab (BONDUKI, 2009). Este recurso tinha a preocupação maior de mitigar impactos de uma crise econômica global, e modificou severamente a construção do PlanHab, planejado como estratégia de longo prazo, invertendo o arranjo hierárquico comumente empregado entre políticas, planos e programas (KRAUSE *et al.*, 2013), alçando um programa (MCMV) à esfera de política de provisão habitacional. Assim, é razoável afirmar que o MCMV apresenta “preocupações mais compatíveis a um programa de dinamização econômica do que propriamente a um programa habitacional voltado à superação do déficit habitacional”. (NASCIMENTO NETO, MOREIRA e SCHUSSEL, 2012, p. 94).

Com suas metas quantitativas ambiciosas (1 milhão de unidades habitacionais em sua primeira etapa de 2009 a 2011 e 2 milhões em sua segunda etapa, entre 2011 e 2014) o PMCMV impulsionou o mercado da construção, que, pressionado por resultados, e se aproveitando da disputa entre municipalidades para receber empreendimentos – com

administrações locais muitas vezes despreparadas para a gestão e organização do território – passou a ter controle hegemônico sobre decisões que deveriam ser reguladas pelos poderes públicos locais, então transformados em meros coadjuvantes no desenvolvimento da política (CARDOSO & ARAGÃO, 2013). O Minha Casa, Minha vida, nas palavras de Santos & Duarte (2011):

Pretende, portanto, ser um instrumento de política pública para dar efetividade a um direito social, o direito à moradia. Mas, ao ser incluído entre as ações do PAC, passou a estar cada vez mais identificado com um plano de apoio à construção civil, com grande repercussão no setor e consequente incremento das relações negociais, resultando em aumento de oferta e de preços dos imóveis, convém desde já registrar (SANTOS & DUARTE, 2011, p. 9).

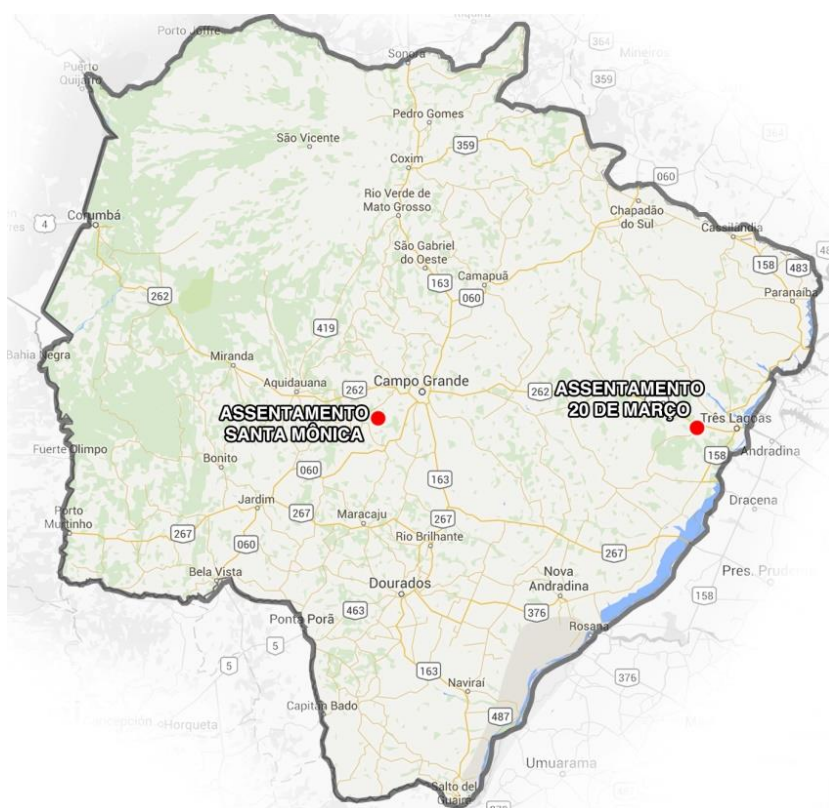
Desta forma, o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), especialmente no meio urbano, vem sofrendo críticas contínuas e pertinentes, por várias razões: primeiramente, pela má inserção urbana das unidades habitacionais (LIMA NETO *et al.* 2015); por ter abandonado suas preocupações técnicas relativas ao planejamento urbano das cidades, delegando isso ao mercado (ROLNIK *et al.*, 2014), o que resultou numa homogeneização das soluções de projeto arquitetônico e urbanístico e das técnicas construtivas, de forma padronizada e desassociada das características físicas dos terrenos ou das condições bioclimáticas locais. Por outro lado, suas condições mais elogiadas são exatamente o alto investimento e a produção massiva que enfrenta o grande déficit habitacional no País, o que é viabilizado em função da dinâmica produtiva descentralizada, através do mercado privado, de forma mais ágil do que seria capaz o Estado (ROLNIK *et al.*, 2014).

O PMCMV-Rural, ainda que venha se estruturando, encontra-se nesse debate como um anexo do PMCMV, com uma ínfima porcentagem do subsídio total do programa destinado às áreas rurais (1,5% à época do lançamento do programa) e um valor unitário bastante inferior, de forma injustificada – no meio urbano, o subsídio para a construção destinada a uma faixa mais vulnerável (de zero a três salários mínimos) varia de 49 a 76 mil reais, a depender da localização e tipologia do imóvel. Da mesma forma, o programa para o meio rural carrega os mesmos vícios, afinal, faz parte de um mesmo processo histórico-legislativo. Seu conteúdo define possíveis beneficiários e renda correspondente; mas, como um programa habitacional estatal para o meio rural brasileiro, encontra-se desconectado do debate conceitual histórico e constantemente desenvolvido, inclusive institucionalmente – como em publicações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Plano Nacional de Reforma Agrária (2004).

4 ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

A pesquisa foi realizada nos seguintes assentamentos: PA 20 de Março, localizado no distrito de Arapuá, de Três Lagoas, e PA Santa Mônica, localizado próximo à cidade de Terenos. A escolha dos assentamentos foi motivada por suas realidades distintas em relação à infraestrutura, ao histórico de sucesso no acesso aos programas habitacionais e de financiamento, e à organização social.

Figura 7 - Mapa de localização dos assentamentos no Estado de MS



Fonte: Elaborado pelo autor

4.1 Assentamento 20 de Março

O Assentamento 20 de Março se localiza no distrito de Arapuá, no acesso oeste de Três Lagoas – terceira cidade mais populosa de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2015), localizada na região leste do Estado, fronteira com o Estado de São Paulo, pela BR-262 –, e possui lotes já às margens da BR.

O assentamento tem rede de água para uso comum residencial, alguns poços e caixas d'água individuais (no caso de lotes que demandam um volume maior de uso para sua

produção), rede de energia (instalada pelo Programa Luz para Todos) em boa parte dos lotes – mas não todos, por não terem atendido às exigências para a instalação. A coleta de lixo é realizada uma vez por semana, tendo como local para depósito uma lixeira coletiva localizada às margens da BR-262. Cada morador é responsável por levar seus resíduos até este local. O acesso é feito por estradas de terra, não cascalhadas, em razoável estado de conservação. Existem duas pontes; uma dessas, recém-reformada, após um episódio de incêndio na antiga ponte. Ambas se encontram em estado razoável de conservação.

A antiga sede da fazenda se tornou o centro comunitário do assentamento. Nesse local realizam-se reuniões, eventos, com arrecadação de recursos para o atendimento de demandas coletivas (recentemente, levantaram-se recursos para a aquisição de nova bomba de água, assim como para quitar dívidas relacionadas à bomba antiga com defeito). Um grupo é encarregado de realizar o café da manhã comunitário. Nas imediações da edificação foi implantado o viveiro Jairo Cesário Magalhães, produzindo mudas nativas do cerrado. Inaugurado em novembro de 2013, com investimento e consultoria técnica de entidades privadas de apoio, o viveiro é mantido pelos assentados, produzindo mudas para atendimento dos próprios moradores e comunidades vizinhas, para produtores, empresas privadas e instituições públicas.

Equipamentos – como escolas, postos de saúde e outros serviços – são acessados no distrito de Arapuá, o que é compreensível, uma vez que o assentamento possui uma população razoavelmente pequena.

O grupo foi formado em 2002, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR/Fetagri), que reuniu 341 famílias acampadas próximo ao córrego da Moeda. Em 2004, estas famílias se dividiram, e a parcela dos que hoje integram o 20 de Março foi para as proximidades do Córrego do Pinto. Posteriormente, em 2008, informados da aquisição da fazenda pelo Incra, mudaram-se para a estrada à frente da fazenda; em seguida, ocuparam a sede, que, à época, já se encontrava desabitada. Nesta etapa, faziam parte cerca de 90 famílias. Com o processo de parcelamento da fazenda, ficaram 69 lotes, ocupados pelas famílias selecionadas conforme critérios que envolveram a participação no processo do acampamento e o cumprimento dos critérios legais e documentais necessários à obtenção da terra.

Apesar de já estar implantado há seis anos, o assentamento não logrou sucesso nos programas de provisão habitacional. As casas que puderam ser construídas só o foram por recursos próprios de cada morador.

4.2 Assentamento Santa Mônica

O assentamento Santa Mônica está localizado a cerca de 20 km de Terenos, pequeno município com 17.567 habitantes (IBGE, 2011), historicamente agrícola, com um considerável número de projetos de assentamentos, alguns desses de "Reforma Agrária de Mercado" (processo em que os interessados se organizam em grupos e negociam diretamente com o proprietário a compra do lote). Entre eles, estão os assentamentos Patagônia, Nova Querência, Campo Verde, Nova Aliança, 7 de Setembro e Santa Dorotéia.

Apesar de se localizar geograficamente no município de Terenos (a menos de 30 km da capital do Estado, Campo Grande), o acesso ao Santa Mônica costuma ser feito a partir de Campo Grande, pela BR-060, rumo a Sidrolândia. Após um percurso de cerca de 20 km em estrada vicinal, encontra-se a área comum do assentamento, onde fica localizada a sede, ao lado de um lago, local no qual está em processo de construção, pela prefeitura de Terenos. Um espaço comunitário, com quadra de areia, academia ao ar livre e campo de futebol.

O Santa Mônica foi implantado há mais de nove anos, com 714 famílias, divididas em três organizações:

Fetagri, 458 famílias;

MST, 166 famílias;

CUT - 90 famílias integrantes.

Os assentados entrevistados fazem parte do Grupo do MST e, segundo contam, seu grupo era dividido em dois acampamentos: um em Campo Grande e outro originário de Dois Irmãos do Buriti, que então já se havia alojado no entorno do assentamento vizinho ao Santa Mônica, o PA Patagonia. Ao se indicar a disponibilidade da terra para "reforma agrária", ambos os acampamentos se uniram e entraram na área da fazenda, ao que se juntaram outros movimentos – já que a extensão da propriedade gerou 715 lotes para assentados. Na mesma época, parte do grupo se dirigiu para outra fazenda, que foi adquirida ao mesmo tempo, em Sidrolândia, formando lá o Assentamento Eldorado. Na fazenda Santa Mônica, continuaram instalados por um ano em um grande acampamento, até que o processo de divisão dos lotes e o registro de beneficiários (RB) do Incra fossem providenciados.

As habitações foram construídas por uma versão anterior do PNHR, com recursos do Incra, em parceria com a Caixa Econômica Federal. Em razão das dificuldades de algumas famílias regularizarem seus dados para acessar o recurso via caixa, uma parte conseguiu apenas 6 mil reais para a construção da casa, via Incra e contrapartida do governo estadual; já

outros construíram com pouco mais de 10 mil reais, juntando recursos do Incra, da CEF e do governo estadual. As casas construídas com o recurso integral seguiram um projeto de 71 m².

Durante o processo, houve uma alteração no limite máximo acessível do recurso, destinado inicialmente apenas à compra de materiais, elevado para 15 mil, o que fez com que alguns dos assentados estejam recebendo em 2015, posteriormente à construção, materiais para forro, reboco e outros tipos de acabamento (muitos moradores, no entanto, já haviam feito estes serviços com recursos próprios). Além disso, durante a construção inicial, houve uma contrapartida do governo do Estado de R\$ 1.200 em materiais, como esquadrias metálicas (janelas e portas), louças e acabamentos.

5 METODOLOGIA

5.1 O trabalho com fontes orais

A técnica de coleta de informações com fontes orais remonta ao final do século XIX, em estudos antropológicos, e ao início do século XX em estudos sociológicos (RIGOTTO, 1998). A técnica busca "o esclarecimento de relações coletivas entre indivíduos num grupo, numa camada social, num contexto profissional, noutras épocas e também agora" (PEREIRA DE QUEIROZ, 1988).

O levantamento realizado a partir de fontes orais, além de contar a história, constitui uma representação desta a partir de uma perspectiva específica, na qual transparece também o conjunto de valores e opiniões subjetivas do interessado:

Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. [...] Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. [...] A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história. Subjetivamente, faz tanto parte da história quanto os "fatos" mais visíveis. [...] O realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações (PORTELLI, 1997).

Entende-se, particularmente, que a sobreposição de perspectivas sobre fatos históricos se alinha, num paralelo filosófico, com a compreensão *Kantiana*¹⁸ do *mundo em si mesmo*, como algo inatingível, uma vez que o conhecimento que desenvolvemos a respeito dele é resultado da interação da experiência *pura* com nossos conceitos inatos. Dessa forma, contar a memória de classes socialmente fragilizadas se torna um processo que enriquece nossa limitada compreensão da história:

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas; elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante (PORTELLI, 1997).

Durante as entrevistas semi-estruturadas, foi utilizado gravador para o registro integral das conversas, que posteriormente foram transcritas na íntegra.

Aos entrevistados, foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido, o qual explanava a utilização prevista das suas declarações. Elucidou-se o reconhecimento à sua autonomia e dignidade, sendo os entrevistados livres para contribuir para essa pesquisa ou

¹⁸ Referente a Immanuel Kant, filósofo prussiano.

não, podendo encerrá-la a qualquer momento ou deixar de responder algo que não lhes parecesse apropriado, por qualquer razão. Para garantir a confidencialidade e privacidade dos entrevistados, estes foram identificados, no trabalho, como E1 (Entrevistado 1), E2 (Entrevistado 2) e assim por diante.

5.2 Análise de Conteúdo

Para a organização e análise das entrevistas, optou-se pelo uso da análise de conteúdo (AC). Não se trata simplesmente de um método de análise qualitativa, mas de um conjunto de instrumentos metodológicos em constante revisão e aperfeiçoamento para a aplicação em diferentes discursos (BARDIN, 1977), é consagrada no meio acadêmico para a análise qualitativa de entrevistas.

Na aplicação, seguiu-se a estrutura proposta por Bardin (1977) para a AC, que divide o processo em três fases: 1º - pré-análise; 2º - exploração do material; 3º - tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Na primeira fase, chamada de pré-análise, faz-se uma sistematização das ideias iniciais concebidas pelo referencial teórico, um primeiro reconhecimento geral do material e das fontes disponíveis, formulam-se algumas hipóteses iniciais e se seleciona o material a fim de se delimitar o conteúdo (*corpus*) a ser analisado. Como a pesquisa em questão se estruturou a partir de uma série de entrevistas, entendeu-se que o processo de pré-análise, no caso, se inicia a partir da seleção dos atores a serem entrevistados.

A seleção dos participantes obedeceu a um simples critério de inclusão: buscava-se entender a relação dos grupos de assentados com seus movimentos e com os programas habitacionais. Optou-se, portanto, por focar a entrevista em lideranças oficiais ou naturais desses assentamentos, a fim de observar, através de sua fala, a interface destes grupos com o poder público e com outros poderes externos, além da forma de organização interna de cada grupo.

Esta referência às lideranças foi levantada inicialmente com outros pesquisadores, que já observaram ou observam previamente a realidade do assentamento, somada a conversas *in loco* com os assentados, em processo semelhante ao da técnica chamada “bola de neve”¹⁹ (PATTON, 1990), para chegar aos sujeitos referenciados como lideranças no assentamento. A

¹⁹ técnica onde é questionado a um primeiro sujeito que atenda às especificações (neste caso, tenha posição de liderança no grupo) a indicação de outros, os quais ele identifique possuírem a mesma condição, e assim sucessivamente.

intenção era analisar o poder do grupo enquanto coletivo, tendo por referência informações de suas lideranças.

Após alguns contatos iniciais com as comunidades e o contato com outros pesquisadores e personagens que subsidiaram essa seleção de lideranças, foi preparado um roteiro de entrevista semiestruturada, para focalizar o assunto desejado através de perguntas relacionadas com o tema, em meio a outras informações básicas sobre o assentamento e o grupo. Isto foi feito de forma a abrir espaço para que as informações emergissem de forma mais espontânea (MANZINI, 2004).

Posteriormente, a etapa da exploração consistiu na preparação do material selecionado, em operações de codificação, separando recortes dos textos em unidades de registro, determinando regras de classificação e temáticas (SILVA & FOSSÁ, 2013). Para auxiliar essa etapa, foi utilizado o software de análise qualitativa MAXQDA 12 (Max Qualitative Data Analysis). O programa auxilia na organização de dados coletados, com ferramentas para a criação de relatórios e a tabulação de resultados. O software permite a importação de resultados de entrevistas, além de questionários *online*, páginas da internet, imagens e arquivos de áudio e vídeo, e sua codificação em documentos de acordo com as categorias definidas pelo usuário.

Dessa forma, foram criados alguns códigos a partir dos seguintes elementos que se entendia válido destacar nos textos, em relação às seguintes categorias de análise:

habitação e infraestrutura;

residência;

infraestrutura (água, luz e outros);

casa dos sonhos.

Processo de obtenção de recursos, definição do projeto e construção das casas:

relações sociais; indivíduo x coletivo;

assentado x grupo;

assentado x movimentos sociais (MST e STR/FETAGRI);

assentado x programas governamentais e Governo Federal;

herança familiar ideológica.

A partir dessas categorias, conforme alguns pontos e questões se mostravam recorrentes durante as entrevistas, foram criados códigos, agrupados por assunto, palavras-chave e argumentos, em unidades de registro, possibilitando a realização da terceira etapa, que consistiu no tratamento destes resultados, gerando inferências e interpretação de conteúdos implícitos na coleta, mas que a análise do material exporia de forma clara.

A análise é bastante auxiliada pelo processo de codificação, colocando lado a lado falas emitidas por diferentes entrevistados em relação ao mesmo assunto ou tema, o que acaba dando maior destaque seja por contraste, por oposição, seja pela observação de situações similares e recorrentes ao longo das diferentes falas. Tudo isso, por fim, passa pelo crivo do referencial teórico aqui descrito.

5.3 Entrevista semiestruturada

A entrevista focalizou perguntas divididas em quatro grupos:

1 - Aspectos objetivos relacionados à residência atual - tamanho, ambientes (quartos e banheiros) e quantidade de pessoas habitando; relacionados à infraestrutura (saneamento, energia, água potável, destinação do lixo, vias de acesso, equipamentos sociais e de serviços, como educação, postos de saúde, espaço comunitário e praças).

2 - Descrição e percepções sobre o processo de assentamento e construção da habitação. A descrição resultaria das respostas a perguntas do tipo: Quem são os integrantes o grupo, de onde vieram e como se juntaram? Quem organizou este grupo? Como foi e quanto tempo levou o processo e quais ou quantas foram suas diferentes etapas (organização, acampamento, acesso aos lotes, acesso a recursos e programas, construção)? Como foi definido o projeto? Como foi o trabalho em grupo? Quais suas vantagens e desvantagens? Como é a relação atual com os outros assentados?

3 - Percepções relacionadas à satisfação do entrevistado com sua habitação, também viabilizadas por perguntas: A residência atual atende às suas necessidades e às de sua família? O *layout* original se adequou, deve ser ou foi de alguma forma alterado? Está contente com a casa ou se sente orgulhoso dela?

4 - Por último, foi pedido ao entrevistado que relatasse, em pormenores, a "casa de seus sonhos", orientando não se ater às limitações da realidade, do orçamento ou ao que já se tem decidido construir em um futuro próximo. Com este exercício buscou-se obter do entrevistado percepções sobre aspectos como: ambientes e sensações; materiais e revestimentos; cores e luminosidade; área interna e externa. Em alguns casos, foi pedido que a pessoa fechasse os olhos e imaginasse essa habitação.

A intenção, com a pergunta sobre a casa dos sonhos, era de se quebrar um pouco as limitações e a racionalidade das perguntas, tornando a entrevista mais informal, colocando em foco o sonho, o utópico, uma vez que em boa parte da entrevista se falaria em limitações, frustrações e problemas. Não obstante, as repostas objetivavam chegar à concepção ideal de moradia de cada assentado, a fim de, posteriormente, compilar esses elementos e, a depender

dos resultados, contrapor estes modelos de sonhos e utopias com a realidade dos assentamentos e da produção dos programas habitacionais do meio rural.

6 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Durante um período de 2 meses, foram entrevistados 8 assentados, distribuídos entre os assentamentos Santa Mônica (Terenos-MS) e 20 de Março (Três Lagoas-MS). As entrevistas realizadas demonstram realidades distintas nos diferentes acampamentos e seus movimentos sociais organizadores, ao passo que unem a totalidade dos entrevistados no que diz respeito às dificuldades estruturais e burocráticas de se estabelecerem condições básicas para a vida e produção no lote.

6.1 Habitação e infraestrutura

6.1.1 Água e luz

Em ambos os assentamentos, foi relatada pelos assentados a demora de 12 a 18 meses (1 ano a 1 ano e meio) para a instalação de rede de água nos lotes. No PA Santa Mônica, ainda foi executada de forma não satisfatória, sendo necessária a instalação posterior de caixa d'água extra (conseguida graças à força política do grupo junto a atores políticos locais), para atender lotes cuja caixa implantada com recursos do Pronaf não conseguia vazão suficiente, em razão da topografia.

O assentado entrevistado E8 relata que, mesmo com recursos externos, a burocracia para se autorizar a instalação da caixa d'água em terreno que ainda não pertence a eles, bem como passar tubulação subterrânea, quase inviabilizou a colocação desse equipamento, adquirido por intermédio das redes e conexões políticas construídas pelo movimento:

[...] as instalações do Incra são meio na “garra”, não atende todo mundo [...] Fizemos a caixa num lugar mais baixo, e aqui não chegava a água, daí o que fizemos? É quando eu falo pra você que a gente tem os parceiros. [...] Fizemos um ofício e um abaixo-assinado pra Funasa, que veio aqui fazer a vistoria pra ver a necessidade que as famílias tinham de água. Tínhamos que ter o documento do lote pra desmembrar a área de 10x10 para a caixa d'água; não conseguimos. Pra conseguir, tive que assinar uma declaração, reconhecer firma, protocolar uma guia na prefeitura e outra na Funasa. Caso desse algum problema, eu seria responsável. Uma autorização pra passagem de tubulação profunda, até mesmo por causa do Ibama. Por um triz que a gente não perdeu o poço. Ficou 60 mil reais esse poço, você acha que o Incra ia atrás disso pra gente? Não iria. Só conseguimos porque nós tínhamos conhecimento com o (deputado do PT). Ele tocou e falou “vai fazer, só faz uma declaração pra mim” e no outro dia *tavam* as máquinas aí, não teve burocracia com ele. Então, é graças às parcerias que a gente tem, se a gente não tivesse conhecimento com o (deputado), que conhece a gente desde o acampamento, na época da campanha também, e ele veio aqui fazer a vistoria e viu a necessidade. Bicho morrendo de sede, família abandonando lote que não tinha água, ele meteu a caneta e mandou furar. E *tá* aí, atendendo todo mundo, mas se fosse por parte burocrática, de documentação, não tinha, não (E8).

Igualmente, os assentados do PA 20 de Março tiveram que ocupar seus terrenos sem água, por um período de mais de 1 ano, e, ainda nos dias de hoje, buscam finalizar a instalação de energia elétrica, em alguns lotes não atendidos.

Um programa de distribuição de terra para uma população descapitalizada certamente não deveria alocar assentados carentes em lotes de terra sem água e energia, esperando que se sustentem de sua própria produção.

Hoje, aqui, está um céu. Mas, quando a gente entrou, rapaz, eu fazia três viagens de carroça pra trazer água lá da sede [...] (E5).

O primeiro passo, pra falar em habitação no assentamento, é a água. Depois de dois, quase três anos que começamos o processo das casas, e depois que começaram as casas é que vem a energia. Então, o sofrimento é grande dentro dos assentamentos, o povo acampado sofre duas vezes, sofre quando tá no acampamento, e daí no assentamento sofre mais ainda. [...] na época do acampamento, eu era feliz e não sabia, eu penei mesmo quando vim pra dentro do lote e não tinha água, não tinha energia, não tinha casa e não podia sair daqui de dentro, porque, se o Incra viesse e você não tivesse dentro do lote, ele te notificava (E8).

A expectativa das famílias é muito maior do que acontece, a expectativa, todo mundo acha que vai pro lote e no máximo 1 ano já está tudo pronto, mas não é assim que acontece. Vão 2, 3, às vezes 4 anos pra fazer o processo de implantação primária do assentamento, que é a parte de infraestrutura básica, que são estradas, água, energia e as casas (E7).

Ao se observarem as adversidades vividas, é razoável ressaltar, ainda, que os relatos colhidos são os daqueles que conseguiram superar os grandes desafios de uma realidade de escassez atacada comedido por meio de um programa estatal insuficiente, e, neste caso, executado de forma parcial. Existem, também, aqueles que não tiveram esse sucesso e evadiram do assentamento, ou pela idade avançada (após os anos de acampamento e de prolongada luta para a garantia de condições básicas, como água e energia); por problemas de saúde (relata o assentado E4 que haveria assentados com problemas respiratórios, que necessitavam fazer inalação, o que era impossibilitado pela falta de energia elétrica, até recentemente); por infortúnios diversos no processo de instalação nas propriedades (este mesmo agricultor veio ao assentamento assumir a produção familiar após a morte de seu sogro, morto por uma descarga elétrica durante a instalação, por conta própria, de infraestrutura para o sítio); ou pela impossibilidade financeira de se estabelecer em uma terra sem água e energia. Isso fez com que não estivessem mais presentes nessa comunidade, na ocasião dessa pesquisa, e, conseqüentemente, não imprimem aqui sua história.

Então, por meio de uma verba de fomento inicial de três mil e duzentos reais (R\$ 3.200,00), pelo Incra, implantou-se um poço comunitário ao custo de dois mil e novecentos e vinte reais (R\$ 2.920,00) para cada assentado, assim como a rede de distribuição da água para

atender aos lotes. O excedente do recurso utilizado, novamente, tornou-se um problema, aparentemente por razão da burocracia dos programas, ou, talvez, por uma dificuldade dos próprios assentados de trabalhar com a questão:

Na época, saiu R\$ 3.200 pra cada um [...] Pra fazer [o poço], a firma mordeu de cada um R\$ 2.920, quer dizer: pra nós sobraram 280 reais. Esses 280 reais *tão* lá até hoje, nunca mais ninguém ouviu nem falar. Uns dois anos atrás, fizeram um alvoroço que ia ter que tirar esse dinheiro, que, se não tirasse esse, não vinha outro [...] aí, um queria que comprasse cano pra arrumar a rede, outro queria madeira, outro queria óleo, e aí onde eu te falo: cada um é cada um. Só que, pelo governo, não é assim, tem que ser todo mundo [comprar a mesma coisa] (E5).

Pra gente, lá, ele [governo] só liberou, até hoje, R\$ 3.200, que foram para fazer a instalação do poço e a rede de água. E ela foi feita e sobrou uma quantia. Agora, eles falam que, por causa desses R\$ 300 que ficaram pra trás, a gente não pode acessar esse dinheiro. Mas, então, por que eles não fazem alguma coisa com esse dinheiro há tanto tempo? (E1).

A energia elétrica já faz parte de outro programa, o Luz para Todos. O conflito de informações dificultou o processo. A primeira informação relativa à ligação de energia que chegou ao grupo do 20 de Março era de que seria obrigatória a existência de uma casa “completa” – com sala, cozinha, banheiro e quartos – independentemente da técnica construtiva, para a instalação de energia. Posteriormente, a informação foi alterada, passando a se exigir a construção de ao menos uma “peça” em alvenaria, coberta, independentemente do tamanho, motivo pelo qual, atualmente, muitos lotes têm uma casa em madeira e outra em alvenaria, pequena, apenas para o atendimento a essa exigência. Em alguns casos, a área construída em alvenaria chega a ter menos de 4 m².

Disseram que, se a gente não tivesse casa, não podia receber energia. Aí, se eles não têm energia, não dá pra eles fazerem a casa, porque depende da betoneira. Eles não vão passar o barro na mão. Aí, ficou nessa e, pra gente ter energia, cada um construiu uma parte. Tanto que tem 5 lotes que não têm energia porque não construíram casa. E não tiveram acesso à energia. (E1)

6.1.2 Habitação

A questão do financiamento para habitação no PA 20 de Março é a maior fonte de frustração do grupo, uma vez que a perspectiva de se enquadrar em um programa de financiamento se estendeu de forma minguante até então, não se realizando em qualquer momento, ao ponto de a maior parte dos moradores terem já casas construídas por recursos e trabalho próprios – muitas vezes, sem mão de obra especializada, tanto pela necessidade de se fixar na terra, quanto para conseguir a instalação de energia elétrica.

Essa demora e essa frustração nas expectativas de financiamento, além da obrigação de se realizar a construção “do próprio bolso e com o próprio esforço” (assim disse E6,

mulher de E5), são apontadas por todos como causadoras da evasão de muitos assentados, e mesmo das vendas de lote.

Um ponto bastante assinalado em estudos nessa área se refere à participação dos assentados na definição do projeto da casa, algo preconizado em documentos oficiais; porém, de forma bastante restrita à retórica, uma vez que, na prática, os recursos limitados e a necessidade de construção das unidades em escala orientam o processo para a definição de uma planta única, ou, em alguns casos, dois ou três tipos (a depender da quantidade de unidades).

Nas entrevistas, pode ser observado que, apesar de haver discordância com os projetos – ou ao menos com o layout, já que a tecnologia construtiva foi pouco abarcada e, quando surgiu espontaneamente, era referida à necessidade de ser uma “casa de material”, um conceito talvez equivocado, todavia atendido pelos projetos, sempre em alvenaria – em especial com o tamanho dos ambientes, esse descompasso não se traduz em uma crítica ao processo.

A não participação é tomada pragmaticamente como um ponto pacífico, não se mostrando como uma preocupação dos assentados; pelo contrário, no caso do Assentamento 20 de Março, a expectativa para o acesso aos programas de financiamento, paralela à necessidade de se abrigar para ocupar o terreno, fez com que dois assentados relatassem terem construído as casas de acordo com plantas apresentadas como futuras plantas “oficiais”, na expectativa de depois se adequar ao financiamento para receber o recurso despendido. Ao fim, nem mesmo essa “planta oficial” foi seguida.

[...] a minha casa foi construída no padrão da primeira [planta] que eles deram pra gente. [...] Hoje, já foram repassadas mais umas 2 ou 3 plantas, não chegaram a [definir]. Falaram “vão construir assim”. Tá. Depois de amanhã, chegam e “Não, agora as casas vão ser assim”. Então, não tem padrão. Cada um fez no jeito que deu, construiu do jeito que quis. [...] no projeto deles, tinha uma área muito pequenininha na frente e eu achei desnecessária e fechei (E1).

[...] a casa que eles querem, no projeto que vem [para ser construído] é muito pequenininha [...] (E2).

Nós alteramos o projeto já na construção, tinha uma áreazinha de serviço que nós não executamos, porque era muito pequena, daí deslocamos a parede que ia ficar pra dentro da casa e fizemos no final da área de serviço e ficou com uma cozinha maior. Pra uma família de 2, 3 pessoas [o projeto] atenderia, mas pra uma de 5 ou 6, não (E7).

Na época, foram apresentados três projetos, feitos em parceria com a Agehab. Desses três projetos, nós tínhamos que aprovar um [pra todo mundo]. Daí fizemos a reunião com as famílias e optamos pela autoconstrução, aprovamos esse projeto. Mesmo assim, saíram dois projetos, porque na época a Caixa não aprovou todo mundo, porque tinha família que tinha restrições, daí essas que não pegaram pela

Caixa pegaram [o recurso] do Incra, que é outro projeto, do Incra é uma casa de 51 m², porque é um recurso menor [...]. [Na casa atual] são dois quartos, mas o projeto dela eram 3, eu que desmanchei um (E8).

A minha casa atende às minhas necessidades. Mas a tendência nossa é sempre melhorar. Aqui, em vista do projeto que era, já melhorei bastante, porque no projeto a varandinha era ‘até aqui só’, 2 metros e meio só, aí eu fiz ela maior, fiz outra varanda no fundo, aumentei o quarto, aumentei a cozinha, que a original do projeto deles era muito pequeninha. [...] Tive que fazer e depois desmanchar; primeiro, eu fiz conforme o projeto deles, bonitinho, aí depois que a gente entendeu que tinha finalizado, desmanchou o quarto que não queria. Mas acredito que não vai ter problema, porque eu melhorei a casa, não fiz a menos (E8).

O pragmatismo contagia a fala dos assentados em relação à casa, também, em outros momentos. Se, por um lado, critica-se o Estado por circunscrever a política habitacional rural em termos de recursos despendidos, número de unidades habitacionais e área construída, é nítido que essa limitação também encontra reflexos na fala dos assentados, especialmente naqueles que aparentam ter maior permeabilidade nas instituições formuladoras das políticas. No trecho a seguir, o assentado E8 demonstra-se incomodado com o que seria um desperdício na destinação de recursos mais volumosos para mão de obra, o que não tem sentido prático se partirmos da perspectiva do beneficiário: pelo contrário, mais recursos para a unidade habitacional como um todo e mais recursos para mão de obra deveriam ser vistos como algo positivo, ainda mais considerando o grande desafio que é construir uma residência com apenas 800 reais para remunerar os prestadores de serviço, que resulta na autoconstrução como uma necessidade, não como proposta.

[...] os outros assentamentos que vão vir entraram no PNH, agora. Se não me engano, é 45 mil o valor integral pra Caixa Econômica, ressaltando que tem que deixar de 20% a 30% pra mão de obra. Agora, veja: quem fez essas casas aqui, de 71 m² e recebemos 580 reais, nem os 800 não foi. Agora, desse valor aí, se for tirar 20% a 30%, vai dar uns 9 mil só pra mão de obra! (E8).

6.1.3 Casa dos sonhos

Durante a descrição da casa dos sonhos, a questão mais recorrente nas entrevistas realizadas foi em relação ao tamanho. Muitos identificam a predileção por espaços maiores como um gosto pessoal e, em alguns casos, explicam-se quanto a não desejar uma casa “muito grande”; mas, ao descrever o que seriam as necessidades, inevitavelmente descrevem uma casa de proporções maiores. Em relação às casas dos projetos de assentamento, de cerca de 40 m², o diagnóstico é de que estas, em relação à sua área, não atendem às necessidades das famílias:

[...] no projeto deles, tinha uma área muito pequeninha na frente, e eu achei desnecessária e fechei. Dá acesso à sala e eu pretendo fazer ali um escritório. Era uma varandinha muito pequena, porque a casa é muito pequena; [...] todas as

pontinhas nós fechamos. E fiz uma área grande, uma varanda bem grande, em L (E1).

Eu morei praticamente a minha vida inteira na fazenda, então, eu acho assim, que a casa [dos sonhos] teria que ter quartos, no mínimo 3, porque a família é grande. [...] Então, na frente tem um jardim, uma sala confortável, grande, porque eu gosto de espaço (risos) [...] casa de alvenaria, bem construída, varanda grande com redes, pra tomar chimarrão (E1).

[...] a casa que eles querem, no projeto que vem, é muito pequenininha. Acho que são quarenta e dois (42) metros. Em quarenta e dois metros, só cabe eu dentro; miudinha demais, é porcaria (E2).

Aqui nós optamos pela autoconstrução pra ajudar as famílias, porque, se fosse contratar uma empresa para construir essas casas, seria uma casa de 30 m², 40 m², porque iria usar do recurso das famílias para pagar a empresa. Essa casa aqui mesmo é da primeira etapa: é uma casa de 71 m², nós fizemos essa casa com R\$ 9.000, mais R\$ 1.200 de contrapartida do governo do Estado, em material (E8).

[A casa] não precisa ser enorme, mas tem que ser aconchegante. Estar totalmente acabada, com uma boa área (varanda) pra descanso e sombrear do sol (E4).

Outra característica recorrente nas residências no meio rural, a varanda, ou espaço avarandado, é citada como parte da casa dos sonhos, em muitas das entrevistas:

Na área externa, ela toda avarandada em volta da casa, porque hoje em dia ninguém fica dentro de casa, todo mundo chega na varanda. Com uma pia, uma churrasqueira, um banheiro (E8).

[...] Acho que a casa dos sonhos é isso aí, uma varanda boa pra gente tomar um chimarrão. [...] casa de alvenaria, bem construída, varanda grande com redes, pra tomar chimarrão, uma churrasqueira, né (E1).

Quando perguntados sobre cores e revestimentos, destaca-se uma boa parte dos entrevistados que relatou a mesma (suposta) impossibilidade na compatibilização de seus desejos com o local, ao afirmarem sonhar com pisos e revestimentos brancos na cozinha ou na casa; mas que, em seu entendimento, isso seria impossível, dada à entrada abundante de areia, ou poeira, na casa.

E3: Eu gosto muito da cor branca, mas cor branca aqui não dá. No sonho, não tem poeira, e eu gosto muito da cor branca, é cor de paz, eu gosto muito dessa cor. Mas, aqui, ter essa cor no meu sonho já está saindo fora, né, porque suja demais.

Entrevistador: Você já adapta o sonho para...

E2: ...O serviço que vem pela frente.

E3: Pelo serviço, porque dá muito trabalho. Aí, já tem que ter aquele trabalho de limpar toda a casa, para não deixar sujo. Em coisa branca, aparece muita sujeira. Então, tem que mudar a cor, colocar uma cor mais escura, um marrom escuro, para não aparecer muita sujeira. Na parede, meu sonho é cor branca, para poder clarear a casa. E dentro da casa tem de pôr piso branco. [...] Eu imagino o resto [da casa], mas aí eu quero piso escuro, tem que mudar a cor, tem que ver a cor que se adapta mais com a parede, sem ser o branco (E2 e E3).

Eu imagino minha cozinha toda azulejada, com uma porta melhor, de correr, a casa toda pintada, cozinha branca, sala com uma parede azul clarinho, a outra um salmão. Cores claras, a sala conjugada com a cozinha. [...] Um piso claro, na casa, mas aqui tem muita terra, então, não dá. [Tem que ser] piso [cerâmico] marrom (E8).

Piso tem que ser de cerâmica, né, tem que ter piso, não tem jeito. Minha casa o piso é branquinho. Tá sujo hoje lá, mas é branquinho (risos) (E1).

Não é possível afirmar se essa predileção pelo branco possa ser relacionada primordialmente à claridade do ambiente, ou a valores/referências estéticas, mas acredita-se que trate de ambos, pois é estratégia já consagrada para ambientes de cozinhas e áreas de serviço.

E3: Dessa casa aí, já comprei tijolo, comprei as portas, já comprei as janelas. A porta da sala vai ser de 2 metros de largura, toda de vidro.

E2: É enjoada esta aqui.

E3: É que eu gosto de claridade dentro da casa, principalmente o claro do dia. Chega de dia, está escuro, a gente tem que acender uma luz em um cômodo, aí eu não gosto, não. Eu gosto de claridade do dia (E2 e E3).

6.2 Relações

6.2.1 Assentado e Governo Federal

Após os 6 anos de acampamentos anteriores ao acesso à terra, as dificuldades do grupo do PA 20 de Março não cessaram. Nos 7 anos que se seguiram após a ocupação, um misto de desesperança e revolta em relação aos programas governamentais foi alimentado, por uma série de frustrações com promessas e programas que não se realizaram.

O governo faz um pacote de promessas, e daí você descobre que o pacote está vazio, não tem nada dentro do pacote. Quando o pessoal entrou, não tinha água, não tinha energia, era simplesmente um pedaço de terra, o governo promete oferecer uma ajuda de custo inicial, um fomento, várias parcelas pra ajudar a se estabelecer. As pessoas que pleiteiam terra são pobres que não têm outra expectativa, senão não ficariam 9 anos acampados, esperando um pedaço de terra. Demorou 1 ano e 6 meses pra ter água, e nesse período o Incra te obriga a ocupar a terra, a morar, se estabelecer. Na comunidade, existem pessoas debilitadas, que, sem energia e sem água, não têm como ficar, pessoas que precisam fazer inalação, precisam do mínimo pra sobreviver (E4).

As reclamações e frustrações dos assentados se sustentam na falta de apoio e de eficiência do governo em dar condições para produção e prover uma infraestrutura básica para que possam agir com sustentação.

Também, como mencionado anteriormente, há uma crítica generalizada das instituições públicas no que diz respeito à burocracia, por conta da demora e das dificuldades

na liberação de recursos e aprovação do seu uso, somada à cobrança dos programas para a ocupação das terras recebidas.

[...] cada um se vira como pode, porque, se for esperar depender da CEF e do Incra, ninguém espera muita coisa, não, não dá pra esperar. Graças à nossa associação, que fundamos dentro do assentamento, buscamos as parcerias com as prefeituras e os parceiros aí, porque, se fosse depender só do Incra, dentro do assentamento não tinha mais 100% das famílias morando dentro da área rural. Só Deus sabe o quanto nós sofremos aqui dentro. Tem gente que, até hoje, vai fazer 10 anos de assentamento, e não tem sua casa, por causa da burocracia, que é muita (E8).

Eu achava que era isso aí, o governo põe a gente na terra e já libera o recurso pra gente trabalhar. A minha ideia era essa, mas não é assim. Você entra, e eles se esquecem de você. E ainda fazem pressão pra você morar aqui. Mas como você mora aqui sem comer? A não ser que você seja rico, faz uma mansão aqui e fique só tomando cerveja. Mas, se você é pobre, não tem como. E eles fazem pressão pra você morar e fazer o serviço também. (E5)

De forma geral, essas dificuldades são apontadas entre os entrevistados e, mais do que uma explicação, são uma justificativa, a qual faz com que não se incomodem com ocasionais vendas de lotes de outros companheiros, como fica claro em alguns trechos, identificando a situação como uma falha do programa, antes de uma decisão ética individual:

Hoje, 78% da população do assentamento já passa dos 50, 60 anos, e estão no seu limite de produção. [...] Hoje, tem muita gente aqui desistindo, parando, porque chegaram ao limite; a reforma agrária vem muito tarde, as pessoas ficam muitos anos esperando, adoecem, e depois não dão conta de dar continuidade [ao serviço] e vira uma bola de neve. A pessoa ganhou aquilo ali e tem que ocupar, mas não consegue, acaba vendendo, porque ela investiu 10 anos da vida dela naquilo ali. Hoje tem fila de espera, mas não era assim antigamente, e era muito desgastante: na beira da BR, sem energia, sem água, e tendo que sobreviver, comer e ter renda (E4).

[...] se nós fôssemos esperar, a gente tinha morrido de fome. Quem puder sobreviver dos braços, sobrevive. Mas quem não consegue... Tem muita gente vendendo lote, indo embora. A gente pode culpar essas pessoas? Não, não pode. Tem que culpar o governo, que não deu assistência.

Porque, se você põe um funcionário pra trabalhar pra você, se você tem uma propriedade e põe um cara para trabalhar lá... Vamos supor que você paga uma mixaria pro cara, que não dá nem pra ele comer, e ele passa fome. E aí, o que você vai esperar dele? Ele vai te roubar. Não é? Porque ele não vai morrer de fome, trabalhando pra você. Então, você já tá cansado de saber disso, que ele vai fazer. Não precisa você descobrir que ele vai fazer. Você sabe que ele vai fazer, porque você tá pagando uma mixaria pra ele (E5).

[...] hoje, acho que 20% dos assentamentos não estão mais com o primeiro titular. [...] então, tem muita venda de lote. Uns, por problemas de saúde, não têm condição de ficar ocupando o lote, trocam por casa (na cidade), uns vendem (E8).

Além da dificuldade inerente ao processo, há um debate latente entre lideranças e analistas do MST (e de outros movimentos sociais que passam por processos semelhantes) em anos recentes, em função da conjuntura política.

O movimento propõe, desde sua gênese, uma luta com o “Estado burguês” e suas estruturas de manutenção do *status quo*. No entanto, historicamente, o MST (assim como a CUT) se relaciona organicamente com o Partido dos Trabalhadores, que já está no quarto mandato à frente do Governo Federal. Em parte, esperava-se um atendimento pleno das demandas destes movimentos por parte do Governo, o que claramente é impossível, sem considerar um grande rompimento social, econômico e institucional, como é ambicionado por estes movimentos. Desta forma, esses movimentos sociais se encontram em uma atuação ambígua, pois passam a priorizar uma atuação interna, institucional, face à permeabilidade que possuem no governo, ao mesmo tempo em que pregam, em suas bases, uma luta com elementos do próprio Governo que compõem. Isso pode ser notado na fala de E8, citada no capítulo 5.1.1 (página 60), quando se refere a um político que solucionara os problemas deles com água, e com o qual, anteriormente, trabalhou durante a campanha política. A crítica à política dos assentamentos, muitas vezes, tem a aparência de uma crítica interna, limitada, para um movimento de proposta considerada radical.

[...] e, hoje, o Incra *tá* difícil. Não tem servidor, não tem funcionário. Com 715 famílias hoje, no Santa Mônica, nós estamos sem um técnico gestor do Incra aqui dentro. E, se não *tá* tendo nem superintendente na sede do Incra, que dirá dentro dos assentamentos (E8).

6.2.2 Assentado e organizações

Não apenas com o governo, mas o ceticismo apresentado pelos entrevistados do 20 de Março se reflete, inclusive, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a partir de uma não identificação dos entrevistados do Assentamento 20 de Março com o movimento a que, oficialmente, integram.

Então, foram feitas várias reuniões com a Fetagri, com a dona Geni, que está sempre à frente da Fetagri, e o pessoal. E eles chegam lá e falam “Vamos seguir esse padrão [na construção das casas]” (E1).

Daí, aquela mulher do sindicato, Geni, começou a pisar na bola com a gente. [...] A mulher do sindicato também foi lá, falou pra eu ir fazer um barraco. Eu disse que podia até fazer, mas ficar lá, não (E5).

Essa falta de vínculo com o movimento, assim como de uma estrutura interna com maior foco na organização do grupo, refletiu até mesmo na dificuldade, durante a pesquisa, de elencar as lideranças, uma vez que um nome diferente surgia a cada contato realizado no assentamento, não por uma pulverização ou horizontalidade do comando (que seria interessante), mas pela perceptível falta de indivíduos de referência, no que se refere ao conhecimento e à organização do grupo, com exceção da primeira entrevistada.

Esse distanciamento do movimento se dá, entre outras razões, também pela estratégia de organização das organizações. Enquanto o MST considera-se coordenador de um assentamento apenas quando está presente neste, por meio de núcleos de produção, grupos coletivos, cooperativas, associações e lideranças, a Fetagri entende que ter famílias filiadas ao STR já confere legitimidade para se considerar aquele um assentamento de seu movimento. No entanto, fica claro, em diversos momentos, que os entrevistados não se consideram componentes daquele grupo, sempre se referindo ao sindicato como “eles”.

A organização do MST se revela de simples compreensão e é implantada já a partir do acampamento, reunindo as famílias em Núcleos de Base (NB), compostos por cerca de 10 famílias, e uma liderança responsável por elas e por repassar informações e decisões entre as lideranças e as famílias. A partir da união de cerca de 5 núcleos de base, formam-se as comunidades (cerca de 50 famílias, portanto), que, igualmente, elegem um representante a quem é delegada a função de representar e socializar as informações.

No Assentamento Santa Mônica, as 166 famílias estão organizadas em 3 comunidades, de cerca de 5 ou 6 núcleos de base cada uma.

Após a implantação do assentamento, a intenção é de que a organização se mantenha, mas as falas dos entrevistados demonstram que este ainda é um grande desafio, uma vez que o acampamento possibilitava maior atenção das famílias para essas demandas coletivas. No entanto, esta atenção passa a ficar dividida com a inclusão das demandas por produção e sustento, após a obtenção dos lotes.

A organização nossa vem de dentro do acampamento, onde tem os coordenadores, tem as NB, e tem um dirigente geral do acampamento que fica ali dentro. E a gente traz isso até o assentamento, porque o que a gente prega com as famílias? A gente vir pro lote é só o primeiro passo, porque, depois que vem pro lote, aí é que a organização tem que ser o dobro, você tem que correr atrás das coisas, de recurso. Dentro do acampamento, você não sofre tanto quanto quando vem para o lote (E8).

Na época do acampamento, a gente era organizado por NB, núcleo de base, daí, a cada 10 famílias (NB) tinha um coordenador. Aí, nos organizamos com as reuniões da coordenação; de 15 em 15 dias os coordenadores dos grupos se sentavam, se reuniam, passavam informes. Se tivesse que participar de reunião fora, ou no Incra, prefeitura ou até Brasília, faziam uma comissão e cada coordenador ficava responsável de passar pra sua NB; reunia as 10 famílias e passava as informações. Cada 50 famílias (comunidade) tem um coordenador estadual, como ainda é hoje aqui. Daí, se fosse necessário fazer reunião da coordenação, a gente passava pras famílias. Hoje ainda tem as coordenações, se precisar a gente chama; mas é muita dificuldade, de todo mundo, todo mundo tem muito que fazer. Uns estão pra cidade, outros tirando leite, trabalhando, então, a gente só se reúne mesmo quando é algo importante, daí a gente chama, tem a coordenação ainda. E eu fiquei representando a Brigada. A Brigada são os assentamentos aqui dentro do município [...] são 4, e eu represento a coordenação desses 4 acampamentos. Daí, quando tem alguns informes, se possível a gente marca uma reunião nos assentamentos, aqui, no Sete ou no Paulo Freire, ou na Piúva, que tem ali em Dois Irmãos, e a gente se reúne (E8).

6.2.3 Assentado e coletivo

Durante a realização das entrevistas, notou-se uma diferença bastante evidente entre a *práxis* dos assentamentos visitados, o que, somando-se à bibliografia consultada, pode-se compreender como estratégias dos diferentes movimentos de luta pela terra abordados. No que tange ao empoderamento destes grupos, o impacto dessas diferentes estratégias se mostra visível, mas se entende que essa diferença possa ainda ser influenciada por outros fatores.

Ainda que o Assentamento 20 de Março não tenha tido sucesso no acesso às políticas de financiamento e crédito, por um obstáculo aparentemente muito mais definido por um contexto institucional sobre o qual os assentados não tinham o poder de alterar (o desmantelamento do Incra-MS, em função de uma operação da Polícia Militar, e a consequente interrupção dos processos em andamento), a incapacidade dos entrevistados, de identificar essa barreira, aparenta ser um reflexo do processo menos organizado e, ao mesmo tempo, menos descentralizado – neste caso, no que diz respeito à circulação das informações e posterior processo de decisões tomadas pelo grupo, especialmente quando em comparação à forma de organização apresentada pelo movimento avaliado no PA Santa Mônica.

Os assentados do PA 20 de Março se organizam espontaneamente, emergindo como uma comunidade por sua relação natural de vizinhança. Também, conformam lideranças instintivas, ou melhor, identificadas por qualidades não necessariamente vinculadas à organização do grupo, mas por interesses em comum em relação à produção rural e distribuição, o que demonstra, em vários momentos, uma proposta de vida e produção individual, em primeiro plano; e de grupo, como um adicional, algo de menos importância.

Aquele rapaz do lote vizinho trazia [água], mas aí você tinha que dar alguma coisa pra ele, ou um óleo ou alguma coisa. Se não tinha, daí você ia de carroça. Aí, foi uma luta pra abrir esse poço. Na época, saiu R\$ 3.200 pra cada morador, no financiamento. E tinha gente que furava poço até por 1.500 reais. Nós lutamos pra ver se eles liberavam o dinheiro pra cada um furar o seu poço, ou mesmo se não desse pra cada um furar um poço, porque a “firma” cobrava R\$ 5 mil; mas, se dois vizinhos se juntassem, eles faziam por R\$ 6 mil e pouco, daí, dava pra furar. Eu e o vizinho aqui furaríamos um poço no meio e dava pra nós dois. Mas o dinheiro não foi liberado, só liberou pra fazer pra todo mundo junto. [...] O governo tinha que fazer uma revisão, cada lote é um lote. Por exemplo, você precisa de madeira, mas eu, não. Vou ter madeira e deixar amontoada, aí? Aí resolveram comprar madeira. Eu até brinquei com o povo da Agraer: “Vou plantar eucalipto ali, pra vender a madeira pra vocês”. Daí, já tem madeira ali e, pelo projeto, até hoje não saiu essa compra (E5).

[...] E agora é o seguinte: quem puder sobreviver dos braços, sobrevive, quem não puder... né? (E5).

[...] eu sofro muito aqui, sabe? Eu sou acostumado a trabalhar, eu nasci trabalhando; então, eu tenho vontade de fazer as coisas, mas não posso fazer porque não tenho dinheiro. Às vezes, eu preciso gradear um pedaço e não tenho dinheiro pra pagar um

trator. E as pessoas aqui de dentro, que são moradoras daqui, não cooperam com ninguém. O negócio deles é explorar você, explorar outro e outro. Você acha um trator lá fora que vem aqui e trabalha pra você por 60 reais por hora; e, se você caçar aqui, é 90, 100 reais, e é morador daqui (E5).

Ainda nesse aspecto, os assentados do PA 20 de Março demonstram, em suas falas, um poderoso orgulho das suas conquistas em cima de toda a adversidade encontrada no processo de assentamento. No entanto, essas conquistas são, por completo, individuais, das quais se extrai um orgulho individual, que não encontra relação com o coletivo. Este é uma condição apenas complementar, periférica.

Eu não me importo que não deram nada pra mim. Eu caminhei até aqui com as minhas pernas, eu continuo. Mas, então, que [o Governo / Incra] largassem do pé das pessoas, deixem as pessoas sobreviver (E5).

Eu me orgulho [da casa]. Me orgulho, assim... ainda não está acabada, mas cada coisa que foi feita lá foi com nosso suor, nós que fizemos, pegamos na massa mesmo (E1).

A estrutura social do assentamento do MST, por outro lado, apresenta-se como uma proposta contínua, desde o acampamento até, posteriormente o que chamam de “luta ainda maior” (E8, assentamento Santa Mônica), depois de ocupados os terrenos. Essa *práxis* iniciada no acampamento se revela uma proposta ideológica e pedagógica. Tem, ainda, a intenção de que a convivência e a organização dos grupos no acampamento em núcleos de base e comunidades sejam capazes de construir um espírito comunitário.

O comando se responsabiliza pela socialização das informações em cada grupo, o que possibilita manter todos os indivíduos envolvidos em uma articulação constante entre a representatividade e a participação direta, que, se ambicionada, implantará nos futuros assentamentos uma organização social diferente da experiência externa, mirando em um foco menor no individualismo.

Há uma notável diferença – especificamente quando estamos tratando do poder de um grupo formado por indivíduos socialmente marginalizados – na construção de um reconhecimento de sua individualidade de forma consciente, com o pertencimento a um coletivo, em oposição à construção da coletividade pela simples soma de indivíduos desagregados.

Essa dificuldade de construção de uma “comunidade mais comunitária” é apontada por lideranças do próprio movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST):

De certa forma, podemos destacar, tomando como referência a história da águia e as galinhas, onde os Sem Terra foram águias no momento do vôo para a ocupação, os que ficaram para trás foram as galinhas, mas aos poucos no meio em que estamos, voltamos a ser galinhas, pois paramos em um lugar fixo para “ciscar” em torno de

nossos interesses e não dos interesses da revolução. Desta forma, construímos nossa nova existência com elementos da velha cultura, que nos faz perder o caráter extraordinário do primeiro momento. [...] A revolução cultural deverá ser esse 'nascimento' ou renascimento doloroso, para ao mesmo tempo em que resistimos ao capitalismo, instalarmos uma nova ordem territorial, com elementos que não mudem apenas as aparências, mas também a essência do modo de produzir a existência pessoal e social das comunidades camponesas. É preciso despontar com alternativas inovadoras e contestadoras, que se configure em um novo padrão de comportamento.

[...] ainda carregamos o peso da velha cultura da sociedade burguesa que nos ensinou que se 'pode vencer sozinhos', por isso a cooperação e a solidariedade tem dificuldades em desenvolver-se (BOGO, 2000, p. 66-67 e 69-70).

6.2.4 Relações de gênero

Ainda que não seja esse o foco do trabalho, cabe registrar uma questão que diz respeito a um ponto do tema do empoderamento, considerando que este termo frequentemente é utilizado em estudos de gênero, os quais compreendem que a mulher sofre, nas relações sociais, uma opressão estrutural em relação ao homem (entendimento que o autor deste trabalho compartilha; porém, não irá entrar em análise de mérito ou argumentação aqui, pois certo que trataria de nova revisão bibliográfica, em que muitas autoras e muitos autores trataram previamente deste enfoque com mais propriedade). Na continuação desta fala, há um reconhecimento, da parte do assentado, aos flagelos passados pelas mulheres acampadas (ainda que não faça, nesse momento, qualquer questionamento sobre a herança desses papéis, em que o homem vai à cidade trabalhar e à mulher caberia cuidar da casa):

Muitas pessoas faziam o quê? As mulheres ficavam acampadas, e os maridos iam [pra cidade] trabalhar. Então, a presença da mulher no assentamento é muito forte, é muito forte. Portanto, nesse assentamento, tirando 3 ou 4 concessões de uso, as outras todas saíram em nome das mulheres, justamente por se reconhecer essa luta delas (E4).

Se, por um lado, há um reconhecimento aparentemente espontâneo da motivação das concessões de uso serem vinculadas à mulher, há um entendimento solidificado de papéis de gênero, do trabalho como espaço masculino, e a casa como espaço feminino, que aparece também em outro momento da mesma fala, assim como em conversas com outros assentados. Ainda que não seja necessariamente um reforço inflexível de papéis solidificados, o entendimento de que aquelas mulheres específicas, daquele arranjo familiar em questão, dominem o espaço da cozinha, é algo que fica subentendido na fala, ao se considerar a cozinha como “o espaço das mulheres”. Mesmo porque, neste momento, o entrevistado está se referindo a sítios e fazendas de forma genérica. Na fala de E2, ao falar do conforto nos ambientes, parte sempre da sua perspectiva, enquanto a cozinha se refere exclusivamente à

mulher. Uma análise mais crítica de sua fala poderia sugerir que, assim como a cozinha é dela, os outros ambientes são primeiramente dele.

Sítio, fazenda, não tem jeito, tem que ter cozinha grande, porque tem um movimento grande das mulheres fazendo as coisas delas (E4).

Uma casa tem que ter conforto. Na cozinha, para mulher trabalhar do jeito dela. [Aqui] a cozinha é miudinha, fica tudo amontoado aí. Não tenho conforto num quarto, não tenho conforto na sala, para assistir à televisão, não tenho como receber uma pessoa na sala e ela ficar lá (E2).

6.3 Herança e formação ideológica

Estes personagens, ao mesmo tempo em que evocam certa “simplicidade” que costumamos relacionar com os valores e a dinâmica da vida do campo, demonstram grande articulação ideológica e uma construção de critérios e valores (às vezes, manifestados; às vezes, mais sutis) realmente aplicados em uma organização social, por meio da qual perseguem, criticamente, senão à tal revolução rumo a uma sociedade de valores mais coletivistas, conforme sua ideologia, ao menos para a não reprodução de estruturas de opressão que identificamos e, em muito, tomamos por naturais.

Na verdade, a gente fica olhando assim: a gente que passou pelo processo de acampamento, de viver aquela situação que nós vivemos, na margem das estradas, e olhar o histórico da gente mesmo, ou da maioria das pessoas que estavam acampadas com a gente. As pessoas vieram de um processo de vida sofrido, em que elas não tinham, não viviam essa realidade em que nós estamos hoje, com uma casa pronta. A gente vivia na fazenda, numa casinha, num barraco no fundo da fazenda, ou no ranchinho no lote de um pequeno proprietário de terra, um localzinho como se fosse um anexo, um paiolzinho. Geralmente, as pessoas viviam nessa situação; então, quando você faz essa pergunta sobre qual a casa dos sonhos da gente, a gente tem até dificuldade de dizer qual seria; qualquer coisa pra gente era melhor do que o que a gente *tava* vivendo. No meu caso, eu vim de um processo de luta mais antigo, a partir da luta dos meus pais, meus irmãos, meus tios, e depois eu participei também. Eu participei de processos de luta pela terra aqui no Estado, com a família do meu pai, desde 84, que foi a primeira ocupação de terra da antiga fazenda Someco, em Novo Horizonte do Sul. Então, nós viemos pra Padroeira do Brasil, que foi um assentamento provisório, fomos para o assentamento São Manoel, em Anastácio, pra depois vir pra esse assentamento aqui. Eu já tenho uma história em que eu consigo visualizar uma coisa melhor, tenho um horizonte histórico e um horizonte [...] A partir da história dos meus pais e de meus irmãos, a quantidade de pessoas que nós éramos, eu visualizava exatamente esse projeto. [...] um sonho que eu tinha, quando eu saí da casa dos meus pais, que eram assentados, e fui para o acampamento. Eu consegui, graças a ter estudado um pouco, ter uma graduação, consegui um serviço, agora, que eu consigo ganhar um pouco mais [...].

Quando eu saí da casa dos meus pais, pra ir para o acampamento, é porque eu decidi ir pra lá, e não porque eu precisava ir. Eu decidi ir. Eu imaginava um futuro pra mim, diferente do que ser um funcionário em algum lugar, uma fábrica, uma indústria. Eu já tinha o segundo grau completo, era técnico em administração de cooperativas; então, eu peguei e decidi ir para o acampamento, porque não tinha necessidade, podia ir pra cidade, trabalhar num escritório ou supermercado (E7).

Essa orientação ideológica fica clara, também, em outros momentos e diálogos, com integrantes do MST, e pode ser colocada em oposição às observadas no Assentamento 20 de Março – em parte, justificadas por sua maior frustração com o Governo Federal e suas frequentes bandeiras –, como na fala de E2:

[...] porque a animação da pessoa é dinheiro. Hoje é assim; nos dias de hoje, ninguém funciona sem. Nego fala “Ah, porque o comunismo não sei o quê”. Não, hoje o nosso aqui é capitalismo, não a-di-an-ta. A nossa região é assim. Quem quer falar que não é [que fale]. [Aqui] é capitalista. O cara quer produzir; se ele ganhou [a terra], ele quer dinheiro para produzir [...] Tudo aqui é no dinheiro, aqui não tem nada se não for com dinheiro (E2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de produção da habitação rural, diferentes atores despontam com papéis fundamentais para catalisar ou mesmo dificultar o processo de empoderamento dos assentados rurais.

No decurso da luta pela terra, diferentes indivíduos, ideologias e histórias de vida se unem e se reconhecem como um grupo frente a obstáculos comuns e de grandes dimensões. Os moradores dos assentamentos entrevistados, sem exceção, relatam um processo extenso, de muita frustração e indignação, principalmente em relação à burocracia e à lentidão nas políticas e programas de atendimento a suas demandas. Estas dificuldades são atribuídas, em grande parte, ao Governo Federal e ao Incra, responsáveis pela implantação de programas fundiários, habitacionais e de assistência, em geral fragmentados e deficitários a ponto de exigir de uma população carente e descapitalizada tempo e investimento que a maior parte deles não tem.

Ao mesmo tempo em que suscitam grande frustração e desvigoram os assentados (que se desgastam na superação desses obstáculos), essas dificuldades expulsam parte considerável deles, o que gera descrença generalizada com relação à necessidade e eficiência dos programas de assentamento. A responsabilidade por esse problema, claramente estrutural (evasão de assentados), vem sendo transferida aos movimentos sociais e às suas instituições, sustentando-se em uma visão equivocada da realidade dos próprios programas, ao não reconhecer as falhas e responsabilidades que cabem ao Estado, e ao atribuir a grupos organizadores a tarefa de fiscalizar eventuais transgressões de indivíduos beneficiários dessas políticas. Como o entrevistado E5 advertiu ironicamente, ao Estado (e à sociedade) não é preciso descobrir que os assentados irão burlar o sistema (com a venda de lotes); deveriam, pelo contrário, estar “cansados de saber que isso iria acontecer”, pois não se pode crer que o indivíduo irá, conscientemente, morrer de fome com a finalidade de continuar trabalhando para o sucesso de programas que lhe deveriam dar condições mínimas de sobrevivência e não o fazem. Como tratar do empoderamento daqueles que não têm resolvida a fome?

A reivindicação desses movimentos, além do acesso imediato à terra, é pela inclusão em um sentido amplo; pela manutenção de uma cultura campesina; por uma produção mais eficiente (em diversos sentidos) do que a generalizada monocultura de sementes geneticamente modificadas; pela descentralização de uma concentração injusta e ineficiente de terras. Ainda que alguns autores defendam que hoje se encontra arrefecida em razão de uma relação histórica com o partido à frente do atual Governo Federal, é certamente um dos

maiores processos contemporâneos de empoderamento coletivo que se pode testemunhar no Brasil, tornando-se um ator importante até mesmo para a definição das políticas de Estado, ao qual cabe reconhecer, de forma mais enfática, esse processo, tanto em suas relações políticas e diplomáticas com tais movimentos, como em suas práticas institucionais.

Diante de um processo tão complexo, com tantos obstáculos burocráticos e com o interesse estatal pragmaticamente focado em cifras (números de unidades, área construída e valor total), não admira que discussões relativas aos projetos e técnicas construtivas não façam parte das preocupações dos entrevistados, que muito despendem para suprir necessidades primárias, como saciar a fome e se abrigar das intempéries da forma mais prática possível. Não é que não nutram sonhos e expectativas em relação às habitações. Entretanto, na falta de uma política articulada e plena de desenvolvimento rural, a qualificação das habitações e os projetos das residências acaba ficando em segundo plano, em uma realidade em que muitos não têm acesso sequer a qualquer habitação.

Reconhece-se não ser simples o papel do Estado. Em um mundo de produção e consumo globalizados, este dificilmente consegue ser mais que um estado de proteção pessoal. Os problemas globais são, também, compartilhados. Nessa escala sobra pouco espaço para soluções locais, que, se muito bem sucedidas, costumam apenas externalizar os problemas para fora daquela fina bolha local. Os programas, dentro dessa realidade frágil e com recursos reduzidos, têm dificuldade de se adequar ao volume nacional para o atendimento de demandas locais, carecendo de estabelecer uma atuação colaborativa e positiva com atores locais decisivos – que poderiam ou deveriam representar o Estado, ou, mais precisamente, o Estado os devia representar – como são os movimentos sociais e as instituições que conduzem a implantação dos programas habitacionais.

Torna-se clara a importância do planejamento e da organização, seja das políticas – atualmente mal planejadas e fragmentadas – seja dos movimentos que organizam os assentados e são por eles organizados. Estes têm uma atuação fundamental, e não podem ser tratados como obstáculos, e sim como alicerces na implantação dos programas habitacionais. Isso é condicionado pela postura institucional do Estado e pelo auxílio e qualificação das ações que estes atores desempenham.

Para tanto, é importante que se estabeleça um real elo de confiança e responsabilidade entre as partes. O mesmo pode ser dito das relações internas dos movimentos, que representam outro desafio. A organização social dos movimentos, em específico a proposta de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), se apresenta relevante no empoderamento deste grupo de indiscutível poder político na sociedade

brasileira. No entanto, cabe avaliar a partir de que ponto o poder de um movimento que emerge primordialmente do embate com o Estado poderia ser menos desgastado e ocupado na constância dessa luta. E, por outro lado, questiona-se também até que ponto a cooptação e a interferência do movimento nas estruturas políticas tradicionais não o deslegitima ou desvirtua. Se o sucesso das políticas para o meio rural depende do empoderamento e da qualificação da atuação desses movimentos, a discussão sobre seus próprios rumos representa um fator-chave nas perspectivas de futuro das ações para o setor.

Em relação ao empoderamento desses grupos, cabe recordar que a pesquisa teve por foco abordar as lideranças destes movimentos; portanto, reflete uma diferença em relação ao poder dos grupos, sem, contudo, poder precisar a distribuição e a horizontalidade internas desse poder. É conclusivo que a organização social e política do grupo, assim como a capacitação presente durante todo o processo de luta e a efetiva participação de assentados em todos os assentamentos, como lideranças do movimento observadas no assentamento vinculado ao MST, criam uma plataforma que potencializa as chances de sucesso. Entende-se, porém, que as interações sociais de assentamentos recém-implantados levam tempo para se estabelecer naturalmente, uma vez que as próprias organizações para fins de obtenção da terra nem sempre partem de uma real consciência de grupo. No percurso, nota-se que até mesmo os longos anos de acampamento e de espera desnecessária em diferentes etapas do processo de assentamento são bem aproveitados por alguns movimentos para se fortalecer o espírito de grupo, comunidade, catalisado positivamente pelo sentido da luta.

Vencido o percurso inicial do acesso à terra, no entanto, surgem novos obstáculos, até maiores. Assim como em relação ao Estado, a dificuldade dos assentados em equalizar as aparentes contradições entre os projetos individuais e coletivos é também uma reprodução, embora em menor escala, de uma condição global, sistêmica, que pode ser atacada através de uma série de ações locais, mas que só se alterará em definitivo quando atingidas diferentes escalas nessa mudança. Nesse ponto, o meio rural aparenta uma integração relativamente menor ao sistema de produção, consumo e acumulação, o que o qualifica para ser palco de experiências com “novas” formas de organização, ainda que isso provoque eventualmente um choque com a realidade externa aos assentamentos.

A abordagem revolucionária, de luta para a construção de uma realidade diferente daquela que socialmente identificamos como problemática é postura da qual o discurso mais corriqueiro da sustentabilidade carece. Se este busca uma visão sistêmica e crítica da sociedade, do território, das relações de poder, deve, necessariamente, conhecer e reconhecer a história, o passado, além da complexidade do presente, para vislumbrar outro futuro e

propor caminhos para este futuro, rompendo com práticas imediatistas que se limitam a atender a anseios impulsionados por necessidades logo à frente (o que Paulo Freire conceituava como estado de *consciência mágica*, ou o primeiro estado de consciência da humanidade).

Como demonstram estes movimentos campestinos, é preciso construir caminhos sustentáveis e lutar por isso. Assumir nossa responsabilidade na implantação de mudanças, e fazê-lo de forma planejada, organizada e inclusiva. É necessário, para tanto, confrontar estruturas sociais e econômicas sólidas e insustentáveis, e para isso é preciso qualificar nossas vozes, e reconhecer e fortalecer este grupo formado por aqueles que nutrem um mesmo ideal primordial: o da sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. **Cadernos da CIDADE**. Porto Alegre, v. 5, n. 7, mai. 2000.
- ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.
- ALSOP, R. & HEINSOHN, N. Measuring empowerment in practice: structuring analysis and framing indicators. **World Bank Policy Research Working Paper** 3510, 2005.
- ANTUNES M. e ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.
- ARAÚJO, F. S. Desestabilizações de uma política público-privada: o Programa Minha Casa Minha Vida em Benevides/PA. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Debates**, 1 (1). Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- _____. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./abr. 2012. p. 173-187.
- BARRETO, R. C. S. O empoderamento de comunidades e o desenvolvimento local. In: **XLII Congresso Da Sober**, Cuiabá - MT. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORSOI, I. C. F. O homem (não) é um ser social: um debate superado? In: SILVA, M. de F. de S.; AQUINO, C. A. B. de (Orgs.). **Psicologia Social: desdobramentos e aplicações**. São Paulo: Escrituras editora, 2004. Coleção ensaios transversais.
- BINSWANGER, H. P. & ELGIN, M. Quais são as perspectivas para a reforma agrária? In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. V. 19, n. 1, abr. Rio de Janeiro, IPEA, 1989.
- BRUNDTLAND, G. H. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988, p. 46.
- BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamon, 2001.
- CAMPOS, M. M. Pesquisa participante: possibilidades para o estudo da escola. **Cadernos de Pesquisa** (19): 1984. 63-66.

CAMPOS, M. P. Movimentos Sociais e Conjuntura Política: uma reflexão a partir das relações entre o MST e o governo Dilma. In: **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, jan-junho 2015 p. 78-100.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. (2013) Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida : 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-65.

CARDOSO, A. C. D. *et al.* Os efeitos do programa minha casa minha vida: a dimensão urbana do pacote econômico. In: **XVI Seminário sobre a Economia Mineira: repensando o Brasil**, Diamantina, 2014.

CARMO, C. B. Do. **Erva mate: potencialidades locais e inovação tecnológica do processo produtivo em área de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado. UCDB, 2007.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta à Zander Navarro). In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 233-258.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo – Brasil 2001**. CPT Nacional, Brasil, 2012. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2002**. CPT Nacional, Brasil, 2003. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2003**. CPT Nacional, Brasil, 2004. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2004**. CPT Nacional, Brasil, 2005. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2005**. CPT Nacional, Brasil, 2006. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2006**. CPT Nacional, Brasil, 2007. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2007**. CPT Nacional, Brasil, 2008. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2008**. CPT Nacional, Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2009**. CPT Nacional, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2010**. CPT Nacional, Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2011**. CPT Nacional, Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2012**. CPT Nacional, Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. CPT Nacional, Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. CPT Nacional, Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 20 de Novembro de 2015.

COMPARATO, B. K. (2001). **A ação política do MST**. São Paulo Perspec. [online], v.15, n.4 [cited 2015-10-01], pp. 105-118 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1806-9452. Acesso em: 1^o out. 2015.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. (2002). A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, 2002. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

DIAS, E. C. **Do plano real ao Programa Minha Casa Minha Vida: negócios, votos e as reformas da habitação**. (2012). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

DIAS, G.V; TOSTES, J.G.R. **Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde**. 2008. Disponível em:<http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Artigos_arquivos/GUILHERME_artigo_SBG.pdf> Acesso em: 15 out. 2015.

DOS SANTOS, A. M. (1999). Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. **Revista Tempo**, Departamento de História e Filosofia da UFF. Niterói, RJ, v. 4, n. 7, jul. 1999.

ESCOREL, S. (1999) **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

EUROPEAN COMMISSION. European Spatial Development Perspective (ESDP). Towards balanced and sustainable development of the territory of the European Union. Luxembourg: **European Commission, Committee on Spatial Development**, 1999. 87 p. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/regional_policy/themes/spatial_en.htm> Acesso em: 2 out. 2015

FERNANDES, E. "Constructing the 'right to the city' in Brazil". **Social & Legal Studies**, v.16, n. 2, 2007. p. 201-219.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder** (Organização e tradução de Robert Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITEZ P. & PEREIRA, N. (2002). La dicotomia rural-urbana y el processo del rururbanização. In: **IV SEMINÁRIO IBEROAMERICANO**. Vivienda Rural y Calidad de Vida em Los Asentamientos Rurales. Red XIV-E Del Cyted – Habited. Anais Puerto Montt, Chile. Out. 2002. p. 42-47.

GIRARDI, E. P. (2008). **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 25, abr. 2014.

GUANZIROLI, C. **Agrarian reform in the context of a modernized agriculture: The case of Brazil**. (1990) Tese de PhD aprovada pela University College of London, Department of Economics.

_____. **Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil**. FAO (Cooperação FAO/Incra). (1998). Disponível em <www.propi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/carlos.pdf>. Acesso em: 15, mar, 2015

HOFF, K (2000). Distribuição de riquezas, eficiência e incentivos: uma perspectiva da economia da informação. In: TEOFILO, E. (Org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. (Estudos NEAD, 2). p. 61-94.

HOROCHOVSKI, R. R. (2006); Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu. **Anais... Caxambu: Anpocs**, 2006. p. 1-29.

IBGE **Estimativa Populacional 2011 - Censo Populacional 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011.

_____. **Censo Agropecuário 1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1997. Acesso em: 8, out. 2015.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. Acesso em: 8, out. 2015.

IORIO, C. (2002) Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge e ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. p. 21-44.

JATOBÁ, S. U. S., CIDADE, L. C. F. & VARGAS, G. M (2009). **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**.

Soc. estado. Abr 2009, v.24, n.1, p. 47-87. ISSN 0102-6992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.

KLEBA, M. E.; WENDHAUSEN, Á. L. P.. O processo de pesquisa como espaço e processo de empoderamento. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 33, jun. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 mar. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832010000200015>.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; NETO, V. C. L. (2013) Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional? Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA), n. 1.853. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10419/91386>>. Acesso em: 13 ago. 2015

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo, Annablume, 1998.

LEMES, K. C., MENDES E. de P. P., & LEMES, C. C. (2009). Modernization of the Countryside and Rural Transformations: THE ORIZONA (GO) CITY. In: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009. p. 1-20.

MAGALHÃES, B.; SOBRINHO, H. F. da S. O efeito ideológico de deslocamento no discurso da imprensa sobre o MST: de pobres da terra a baderneiros. **Veredas**, v. 2, n. 4, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-03.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

MAGESTE, G. S.; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações. **V Encontro de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração**. Belo Horizonte, 2008.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais... Bauru: SIPEQ**, 2004.

MARQUES, A; MATOS, H. (Orgs.). **Comunicação e Política** – Capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

MARICATO, E **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2001.

_____. O que se entende por Reforma Urbana? In.: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**: O futuro das cidades Brasileiras na Crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1994.

MARÍN, S. O. (2000) Las ideologías ambientales. **Revista Ciencias Humanas** - UTP, 7(23): 91-97. Pereira, Colômbia, 2000. Disponível em

<<http://www.utp.edu.co/~humanas/revistas/revistas/rev23/ospina.htm>>. Acesso em: 5 de out. 2015.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 2ª ed. ampl. e rev. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2002.

MASLOW, A. H. **A theory of human motivation**. 1943. Disponível em: <psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, 2012. p. 301-325.

MOREIRA, N. C. et. al.. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, abr. 2012. p. 403-423, Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jul. 2014.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NASCIMENTO, H. M. do **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano**: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente. Campinas. [s.n.]. 2000.

NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. A.; SCHUSSEL, Z. G. L. Conceitos divergentes para políticas convergentes – descompassos entre a Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 14, n. 1, mai. 2012.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

NORDER, L. A. C. (2014) Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964). **Revista NERA** (UNESP), v. 17, 2014. p. 133-145.

PATTON, M. **Qualitative evaluation and research methods**. London: Sage Publications, 1990.

PERES, R. B. Habitação Rural: discussões e diretrizes para políticas públicas, planejamentos e programas habitacionais. Dissertação (Mestrado) – Departamento do Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 2003. 212 p

PIERRI, N. (2001). O processo histórico e teórico que conduz à proposta de desenvolvimento sustentável. In: _____.; FOLADORI G. (Eds). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001. p. 271.

PIRES, M. J. S e RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, jul./set. 2009.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo, (14), fev, 1997. p. 25-39.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

QUEIROZ, P. R. C.; Notas sobre o divisionismo e identidades em Mato Grosso do Sul. In: **Diálogos – Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá**. 2006, v.10, n.2

QUEIROZ, P. R. C. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. In: **Intermeio: Revista do Programa de Pós Graduação em Educação**. Campo Grande: Mato Grosso do Sul, v. 14, n. 27, p. 128-156. Jan/jun. 2008.

RAMOS FILHO, E. da S. (2008) De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem-sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006) em: FERNANDES, B. M. et. al. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 2 (Coleção História Social do Campesinato), São Paulo: NEAD, MDA, EDUNESP, 2009. Disponível em: http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/65/Lutas_Camponesas_vol2.pdf. Acesso em: 28, mar., 2015.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: Saporovek G, (Org.). A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas e Letras Editora Gráfica, 2003. p. 5-38.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P da C. **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade, pesquisas urbanas e rurais**; Paris: UNESCO-sponsored programmes and publications. 2002. 293 p.

RIGOTTO, R. M. (1998). As Técnicas de Relatos Orais e o Estudo das Representações Sociais em Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 1, June 1998. p. 116-130. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000100116&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 20 nov. 2015.

ROLNIK, R.; IACOVINI, R. F. G.; Klintowitz, D. Habitação em municípios paulistas: construir políticas ou 'rodar' programas? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 16, 2014. p. 149-165.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ANTUNES M. e ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

_____. 'Empoderamento' e poder no enfrentamento da pobreza. In: COSTA, L. F. de C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo Rural Brasileiro: Ensaio interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X ; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

ROSO, A., ROMANINI, M. Empoderamento Individual, Empoderamento Comunitário e Conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, 2014. p. 83-95.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M. E. P. Dos *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia - a experiência dos Sem Teto em Salvador. **Organizações & Sociedade**, 21(71), 2014. 713-734. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302014000400713&lng=en&tlng=pt.10.1590/S1984-92302014217100010> Acesso em: 11 ago. 2015.

SANTOS, Milton. In: BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, A. M. S. P. & DUARTE, S. M. (2010). Política Habitacional no Brasil: uma nova abordagem para um velho problema. In: **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 18. 2010. pág. 1-29. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1375/1165>> Acesso em: 15 mai. 2014.

SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualization. **Journal of Rural Studies**. Great Britain, v. 10, n. 4, 1994. p. 321-330.

SEN A, ANAND S. Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective. In: **Poverty and Human Development**: Human Development Papers, 1997. New York: United Nations Development Programme; 1997.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, (2010).

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Brasília, DF – nov. 2013.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 7, n. 1, 2005. p. 70-81.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, Dec. 2001. p. 37-50. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 set. 2015.

SPAROVEK, G. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo, Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

STIGLITZ, J. Distribuição, Eficiência e Voz: Elaborando Reformas de Segunda Geração. In: TEOFILO, E. (Org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. (Estudos NEAD, 2).

STOTZ, E. N.; ARAÚJO, J. W. G. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, maio/ago. 2004. p. 5-19.

TEÓFILO, E. e OLINTO, P. Seminário Internacional sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. In: TEOFILO, E. (Org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário. (Estudos NEAD, 2). 2000. p. 11-28.

TOLEDO, Caio Navarro de. O golpe contra as reformas e a democracia. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. p. 13-28. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º jul. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>.

TRINDADE, T. A. (2012). **Direitos e Cidadania**: Reflexões sobre o direito à cidade. Lua Nova, São Paulo 87: 139-165.

TRONTO, R. Cultura e espaço: identidade e território na formação de um arranjo produtivo local potencial em Sertãozinho - SP. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Available at: <http://hdl.handle.net/11449/95713>. Acesso em: 09 mar. 2015.

VEIGA, J. E. da; O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001. p. 101-119,. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300010&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 2 ago. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300010>.

VIEIRA, G. *et al.* A Utilização da idéia de “empoderamento” em políticas públicas e ações da sociedade civil. **Cadernos Gestão Social, América do Norte**, 2, dez. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/63>. Acessado em: 15 mar. 2014.

WENDHAUSEN, Á L. P.; BARBOSA, T. M. & BORBA, M. C. de. Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores. **Saude soc.** [online], v.15, n.3 [cited 2014-07-20], p. 131-144. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300011&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-1290.

YAMIN, G. A. & MELLO, R. R. de; A divisão territorial no Mato Grosso do Sul e a construção de muitas infâncias. In: **Intermeio: Revista do programa de pós-graduação em educação**. v. 15 n. 29. Campo Grande, MS. jan/jun 2009. p. 197-216